Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 18/02/2021 a 19/02/2021

Índice

Tribuna do Norte | RN
SESC
Prêmio Sesc de Literatura tem inscrições abertas até amanhã
Notícias - 18/02/2021 5

Tribuna do Norte | RN
Endividamento de famílias cresce em janeiro e chega a 66,5%
Notícias - 18/02/2021 6

Tribuna do Norte | RN
Projeto de Lei prevê multa de um salário mínimo para quem furar fila da vacinação em Natal
Notícias - 18/02/2021 7

Tribuna do Norte | RN
Novas vacinas devem chegar dia 22 ao Estado
Notícias - 18/02/2021 8

Tribuna do Norte | RN
FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ
Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico
Notícias - 19/02/2021 9

Tribuna do Norte | RN
Sindicato das escolas particulares defende funcionamento das unidades
Notícias - 19/02/2021 14

Tribuna do Norte | RN
As boas águas de março
Notícias - 19/02/2021 16

Tribuna do Norte | RN
Gasolina comum vai até R$ 5,58 em Natal
Notícias - 19/02/2021 18

Estadão | DF
Governo quer antecipar 13º de aposentados e abono para injetar R$ 57 bi na economia
Notícias - 19/02/2021 20

Estadão | DF
Ambipar, de gestão de lixo, vai às comprar no exterior
Notícias - 19/02/2021 21

Estadão | DF
Senado votará PEC que destrava auxílio
Notícias - 19/02/2021 22

Estadão | DF
Bolsonaro faz ameaça à Petrobrás e zera imposto
Notícias - 19/02/2021 23

Estadão | DF
Governo corta taxa de importação de bicicletas
Notícias - 19/02/2021 24

Estadão | RJ
Biocombustível de lixo deve crescer com Lei do Gás e agenda sustentável
Notícias - 19/02/2021 25

Estadão | DF
STF mantém direito de passagem para as teles
Notícias - 19/02/2021 26

Estadão | DF
Startup Descomplica levanta R$ 450 milhões
Notícias - 19/02/2021 26

Folha de São Paulo | DF
Bolsonaro reage a alta de preços e diz que 'alguma coisa vai acontecer na Petrobras'
Notícias - 19/02/2021 27

Folha de São Paulo | DF
Governo e Congresso fecham acordo para destravar o auxílio
Notícias - 19/02/2021 28

Folha de São Paulo | SP
Na pandemia, empresas e famílias poupam 15% do PIB
Notícias - 19/02/2021 29

Folha de São Paulo | SP
Dívida, desvalorização cambial e inflação aproximam 1921 de 2021
Notícias - 19/02/2021 30

O Globo | SP
Covid pode já ter dobrado os 10 milhões de notificações
Notícias - 19/02/2021 31

O Globo | DF
Governo acusa Butantan de atrasar vacinação
Notícias - 19/02/2021 33

O Globo | DF
Bolsonaro critica reajuste e ameaça mexer na Petrobras
Notícias - 19/02/2021 34

O Globo | DF
Auxílio: Congresso prevê votação semana que vem
Notícias - 19/02/2021 35

Valor | SP
'Abismo fiscal' vai corroer renda neste ano
Notícias - 19/02/2021 36

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Folha de São Paulo, na página 27 do clipping, que traz a reação do presidente Bolsonaro frente à alta de preços da Petrobras. Com os sucessivos reajustes dos combustíveis na estatal, o chefe do governo declarou em tom de ameaça que “alguma coisa vai acontecer”, em sua live realizada nesta quinta-feira. A Petrobras informou dois novos reajustes nos preços da gasolina e do diesel, que subirão 10,2% e 15,1%, respectivamente, a partir de hoje. Em Natal, o preço da gasolina comum já atinge R$ 5,58, e o preço médio dos 25 postos da capital potiguar pesquisados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estava em 5,060, o quarto maior entre as capitais do País. Saiba mais na página 18 do clipping.

O Estadão traz, na página 20 do clipping, que o governo quer garantir uma injeção de R$ 57 bilhões na economia brasileira com a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do INSS e abono salarial, uma espécie de 14º salário a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos. A ação deve garantir algum fôlego à atividade econômica enquanto o governo e Congresso se acertam em torno do tamanho da nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis. Na página 22 do clipping, o estadão noticia que o Senado votará uma Proposta de Emenda à Constituição que destravará o auxílio. A PEC deve incorporar itens do pacote fiscal em tramitação no Senado, mas sem as medidas mais polêmicas de corte de despesas, como a redução do salário do funcionalismo público.

O Jornal Folha de São Paulo destaca que, na pandemia, empresas e famílias pouparam 15% do PIB. Foram acumulados mais de R$ 756 bilhões em 2020, segundo levantamento realizado pelo pesquisador Carlos Antonio Rocca, que coordena o Cemec-Fipe (Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fundação Institutos de Pesquisas Econômicas). As empresas responderam pela maior parte dos recursos, R$ 491 bilhões. Já as famílias reuniram R$ 265,3 bilhões. O levantamento considera dados de janeiro a setembro de 2020, que estavam disponíveis no período de coleta para cruzamento de informações. Confira detalhes na página 29 do clipping.

Imagens dos Clippings
(a seguir)

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prêmio Sesc de Literatura tem inscrições abertas até amanhã **Impacto:** Positivo
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pra-mio-sesc-de-literatura-tem-inscria-a-es-abertas-ata-amanha/503090

Prêmio Sesc de Literatura tem inscrições abertas até amanhã

Publicação: 2021-02-18 16:52:00

Terminam amanhã (19) as inscrições para o 18º Prêmio Sesc de Literatura 2021, considerado um dos mais importantes do Brasil para revelação de novos escritores. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site do Sesc, onde o regulamento completo está disponível. As obras devem ser inéditas e podem ser inscritas nas categorias romance e conto.

Créditos: Divulgação

Obras podem estar nas categorias romance ou conto e devem ser inéditas

O Prêmio Sesc de Literatura contribui para a renovação do panorama literário brasileiro e enriquece a cultura nacional, segundo os organizadores. Os vencedores têm suas obras publicadas e distribuídas pela editora Record, com tiragem inicial de 2 mil exemplares. A editora insere os livros na cadeia produtiva do mercado livreiro.

O analista de Literatura do Departamento Nacional do Sesc, Henrique Rodrigues, salientou que apesar de estarmos ainda na pandemia do novo coronavírus, "seguimos fortes com todo o processo e planejamento para revelar novos escritores. A premiação foi criada em 2003 e se consolidou como a principal do país para autores iniciantes. No ano passado, foram inscritos 1.358 livros, sendo 692 romances e 666 contos", informou.

Os livros são inscritos pela internet, gratuitamente, e protegidos por pseudônimos, o que impede qualquer tipo de favorecimento. Os romances e contos são avaliados por escritores profissionais renomados, que selecionam as obras vencedoras pelo critério da qualidade literária. Desde a criação do concurso, em 2003, mais de 16 mil livros foram inscritos e 31 novos autores foram revelados.

No ano passado, os vencedores foram Caê Guimarães, do Espírito Santo, na categoria romance, por Encontro você no oitavo round, e Tônio Caetano, do Rio Grande do Sul, na categoria conto, por Terra nos Cabelos.

Agência Brasil

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Endividamento de famílias cresce em janeiro e chega a 66,5% **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/endividamento-de-fama-lias-cresce-em-janeiro-e-chega-a-66-5/503088

Endividamento de famílias cresce em janeiro e chega a 66,5%

Publicação: 2021-02-18 16:18:00

O percentual de famílias endividadas (com dívidas em atraso ou não) no país chegou a 66,5% em janeiro deste ano, ficando acima das taxas de dezembro de 2020 (66,3%) e de janeiro do ano passado (65,3%). O dado é da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada hoje (18), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Créditos: Wilson Dias

O percentual de inadimplentes, ou seja, famílias com dívidas ou contas em atraso, chegou a 24,8%, abaixo dos 25,2% de dezembro, mas acima dos 23,8% de janeiro do ano passado.

As famílias que não terão condições de pagar suas contas somaram 10,9% do total, abaixo dos 11,2% de dezembro, porém, acima dos 9,6% de janeiro de 2020.

"Com o fim do auxílio [emergencial] e o atraso no calendário de vacinação, as famílias de menor renda precisarão adotar maior rigor na organização do orçamento. Essa conjuntura faz o crédito ter papel ainda mais importante na recomposição da renda. É preciso seguir ampliando o acesso aos recursos com custos mais baixos, mas também alongar os prazos de pagamento das dívidas para manter a inadimplência sob controle", disse a economista responsável pela pesquisa, Izis Ferreira.

Cartões de crédito

Segundo a CNC, o percentual de dívidas com cartão de crédito entre o total de endividados chegou a 80,5%, subindo para um patamar histórico.

Em janeiro do ano passado, a taxa era de 79,8%. Outros principais motivos para dívidas em janeiro deste ano foram: carnês (16,8%), financiamento de carro (9,9%) e crédito pessoal (8,4%).

O tempo médio com pagamento em atraso chegou a 63,3 dias e o tempo médio de comprometimento com dívidas ficou em 6,9 meses, disse a CNC.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Projeto de Lei prevê multa de um salário mínimo para quem furar fila da vacinação em Natal **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/projeto-de-lei-preva-multa-de-um-sala-r io-ma-nimo-para-quem-furar-fila-da-vacinaa-a-o-em-natal/503075

Projeto de Lei prevê multa de um salário mínimo para quem furar fila da vacinação em Natal

Publicação: 2021-02-18 13:38:00

Um projeto de Lei protocolado na Câmara Municipal de Natal, de autoria da vereadora Camila Araújo (PSD), prevê a sanção de multa no valor de um salário mínimo (R$ 1.100,00) para quem burlar a sequência de vacinação nos grupos prioritários previstos no plano municipal de vacinação contra a Covid-19 na capital. O projeto necessita da análise pelas comissões antes de ser votado no Plenário.

O projeto pretende inibir a prática dos "fura-filas" e garantir a aplicação das vacinas a quem tem prioridade em virtude de seu grupo de risco para a doença, como profissionais de saúde, idosos e das pessoas com comorbidades.

A multa não anula outras sanções, inclusive na esfera criminal, como a pena de reclusão de até 3 anos aprovada pela Câmara dos Deputados em matéria que agora segue para o Senado.

Se aprovado pelos vereadores, o Projeto segue para sanção do prefeito Álvaro Dias.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 18/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Novas vacinas devem chegar dia 22 ao Estado **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/novas-vacinas-devem-chegar-dia-22-ao-estado/503055

Novas vacinas devem chegar dia 22 ao Estado

Publicação: 2021-02-18 07:04:00

O Rio Grande do Norte deve receber novas doses de vacinas contra a covid-19 na segunda-feira (22). A Sesap/RN ainda não sabe quantas doses chegarão, de qual laboratório será e nem o horário que chegam. Segundo a pasta, isso ainda será informado em ofício pelo Ministério da Saúde.

Créditos: Adriano Abreu

saiba mais

- Em Natal, profissionais de saúde podem tomar 2ª dose da CoronaVac até sexta-feira
- Plano do ministro da Saúde inclui vacinas contra a covid-19 sem registro
- Momento atual da pandemia no Rio Grande do Norte é preocupante, diz Sesap

Até esta quarta-feira (17) a plataforma RN Mais Vacina registrava que 76.949 pessoas tinham sido vacinadas no Estado, o que corresponde a pouco mais de 2% da população potiguar.

A Sesap também esclareceu que o cronograma de vacinação proposto na Nota Informativa Conjunta Nº 01/2021, publicada no último dia 7, não determinava a vacinação de idosos a partir de 90 anos para os dias 17, 18 e 19 deste mês, mas que apresentava apenas uma orientação, que obedeceria a um cronograma passível de mudança pelos municípios dependendo do número de doses disponíveis enviadas pelo Ministério da Saúde.

A menção da data na nota confundiu algumas pessoas que leveram idosos de tais faixas etárias para receberem a vacina em Natal, sendo que na capital a vacinação ainda não está aberta para esse público e, por isso, as pessoas saíram de casa e esperaram em vão.

"De acordo com o número de idosos dessa faixa etária no município, pode haver necessidade de mais dias ou menos dias para proceder a cada etapa referente à vacinação específica para essa idade. Assim, os municípios têm autonomia para elaborar cronograma próprio desde que respeite a ordem decrescente de idade para a vacinação, isto é, do mais idoso para o menos idoso", diz o documento da Sesap.

Pressionado pela escassez de doses de vacina da covid-19, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, repetiu nesta quarta-feira, 17, que toda a população será imunizada em 2021 contando com vacinas ainda não autorizadas no Brasil.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/5
Título: Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico **Impacto:** Positivo
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesap-na-o-decidiu-se-ira-acatar-recomendaa-a-es-do-comita-cienta-fico/503110

Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico

Publicação: 2021-02-19 00:00:00

Cláudio Oliveira
Repórter

A Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (Sesap/RN) ainda não concluiu a avaliação de um conjunto de recomendações encaminhado na quarta-feira (17) à pasta assinado pelo Comitê de Especialistas do órgão. No documento, os pesquisadores apresentam medidas para controlar a propagação do novo coronavírus no Estado, cuja implementação depende de decisão governamental via decreto. Dentre as propostas elencadas pelo Comitê, está o fechamento de bares e restaurantes às 22h, a suspensão de aulas presenciais nas escolas privadas por 14 dias e adiamento do retorno na rede pública, além da proibição de festas em toda a orla potiguar.

Créditos: Alex Régis

Para integrantes do Comitê Científico, bares e restaurantes não cumprem parte das medidas de biossegurança impostas pelo Estado

O Governo ainda não se manifestou sobre tais recomendações, mas a Sesap informou que estão em análise e será feito um pronunciamento sobre a adoção ou não das medidas. Porém, não informou quando.

As orientações do Comitê foram definidas na última terça-feira (16) em reunião virtual dos especialistas e a Sesap que reavaliaram os riscos epidemiológicos e de falência do sistema de assistência. Esse risco está ligado ao aumento do número de internações e identificação de novas variantes da covid-19 em Estados vizinhos, a ocupação de leitos clínicos e críticos e o descumprimento das medidas restritivas e sanitárias já decretadas.

"Observamos o aumento de solicitação por internações na Região Metropolitana de Natal e isso é extremamente preocupante. É importante que as recomendações sejam acatadas para reduzir as internações. Se não tivermos cuidado, chegará à 100% de ocupação da rede assistencial. O Comitê orienta e cabe ao Governo avaliar", destacou o professor Ricardo Valentim, membro do Comitê e coordenador do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/5
Título: Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesap-na-o-decidiu-se-ira-acatar-recomendaa-a-es-do-comita-cienta-fico/503110

Entre as medidas, ele aponta duas que considera de extrema importância. A primeira é a suspensão das atividades presenciais em bares e restaurantes em todo Rio Grande do Norte após as 22h por 14 dias, quando ocorreria nova avaliação da situação. Para tanto, o Comitê considerou que as interações em bares e restaurantes não estão conseguindo cumprir com o protocolo de biossegurança e distanciamento social.

O Comitê pede, ainda, que o Governo do Estado fortaleça os cuidados preventivos nas academias de ginástica no que concerne ao uso de máscaras e distanciamento social, inclusive com aplicação de multa para aqueles estabelecimentos que forem flagrados infringindo as regras.

As recomendações se estendem aos eventos em toda a orla, que devem ser proibidos para evitar aglomerações, ao mesmo tempo em que se amplia a fiscalização policial nos finais de semana em bares e na orla potiguar, especialmente da Grande Natal.

Acompanhamento

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz, disse que recebeu com preocupação a notícia sobre as recomendações do Comitê Científico. Segundo ele, não são os estabelecimentos comerciais e os de serviços, os responsáveis pelo surgimento de novos casos de covid-19.

"Não aqueles que trabalham cumprindo todas as regras, que são os que defendemos. Além disso, o setor de bares e restaurantes vem sendo um dos mais prejudicados desde o início da pandemia. Primeiro porque passou seis meses completamente fechado. Além disso, desde setembro, quando começou a retomar seu funcionamento, viu o movimento patinar e, na imensa maioria dos casos, não passar de 40% do que se tinha antes da pandemia", argumentou.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/5
Título: Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesap-na-o-decidiu-se-ira-acatar-recomendaa-a-es-do-comita-cienta-fico/503110

Queiroz disse que, em média, um a cada três desses estabelecimentos não reabriu suas portas ainda. "Vale pontuar que este setor gera hoje, no RN, cerca de 25 mil empregos diretos e paga algo em torno de R$ 29 milhões por mês em salários e pode, com a medida proposta, sofrer um 'golpe de misericórdia fatal'", enfatizou o presidente da Fecomércio RN.

Situação da Grande Natal é preocupante

A Região Metropolitana de Natal (RMN) atingiu um platô no número de casos que se mantém alto por um período prolongado. Com isso, a taxa de ocupação de leitos críticos encontra-se acima de 80% há dias. Para preparar a rede hospitalar, os especialistas recomendaram a suspensão das cirurgias eletivas que demandem uso de leitos críticos na Região Metropolitana, além das atividades ambulatoriais de clínicas e consultórios e serviços públicos de rotina, que não comprometam o cuidado continuado ao paciente. Já os 10 leitos que serão disponibilizados no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), deverão ser mantidos enquanto a taxa de ocupação do Estado estiver acima de 60%.

Até essa quinta-feira (18), o sistema Regula RN, que recebe as solicitações por internações em leitos críticos e clínicos e realiza todo o processo de regulação até que o paciente seja internado, apontava que a ocupação de leitos críticos estava em 75,95% com 82,4% na Região Metropolitana e 85,7% no Seridó.

Já a plataforma RN+Vacina registrava que 79.501 pessoas tinham vacinadas no RN, o que corresponde a pouco mais de 2% da população.

Leitos

Diante da taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) verificada na Grande Natal, o Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), disponibilizará ao Regula RN dez leitos de terapia intensiva voltados para o tratamento da covid-19.

De acordo com o superintendente do HUOL-UFRN, Stenio Gomes da Silveira, "desde o início da pandemia, além da atuação como retaguarda que liberou leitos no Hospital Giselda Trigueiro e no Hospital Municipal de Natal, o Onofre Lopes tem realizado o tratamento dos doentes covid de maior complexidade, que são os pacientes de transplante renal, da oncologia, da cardiologia, da neurologia e de todas as especialidades em que somos referência", explica o gestor.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 4/5
Título: Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesap-na-o-decidiu-se-ira-acatar-recomendaa-a-es-do-comita-cienta-fico/503110

Recomendações do Comitê

Veja abaixo os 14 pontos encaminhados pelos especialistas

1. Suspensão das atividades presenciais de bares e restaurantes em todo RN após 22h por 14 dias, devendo a medida ser reavaliada após esse prazo;

2. Suspensão das aulas presenciais das escolas privadas por 14 dias, devendo a medida ser reavaliada ao final desse período;

3. Criação de serviço de denúncia para pais e alunos de escolas, sejam públicas ou privadas, fazerem denúncia sobre ocorrência de casos de sintomáticos respiratórios que não tenham sido devidamente afastados do convívio, assim como suas turmas escolares não tenham sido submetidas ao protocolo orientado na Nota Informativa número 03/2021 - SESAP/SUVISA;

4. Adiamento do início das aulas das escolas públicas do estado por 14 dias, ao fim do qual deverá ser reavaliada a necessidade de novo adiamento;

5. Fortalecer os cuidados preventivos nas academias no que concerne ao uso de máscaras e distanciamento social inclusive com aplicação de multa para aqueles estabelecimentos que forem flagrados infringindo as regras.

6. Estabelecimento de barreiras sanitárias com os estados da Paraíba e Ceará, bem como nos portos e aeroportos, assim como implementação de barreiras sanitárias e intensificação do monitoramento e rastreio nos municípios sabidamente turísticos do estado do RN;

7. Busca ativa de casos e contatos, bem como monitoramento dos casos ativos pela Atenção Primária dos municípios;

8. Aplicar sanções previstas em lei a estabelecimentos de saúde públicos e privados, como clínicas, hospitais e laboratórios, que deixem de notificar os casos aos serviços de informação e de controle de leitos;

9. Ampliar a vigilância genômica no Rio Grande do Norte;

10. Suspender as atividades ambulatoriais de clínicas e consultórios e serviços públicos de rotina que não comprometam o cuidado continuado ao paciente;

11. Suspender cirurgias eletivas que demandem uso de leitos críticos na Região Metropolitana;

12. Proibir eventos em toda a orla do RN por 14 dias;

13. Abrir leitos de UTI covid-19 no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), os quais deverão ser mantidos enquanto a Taxa de Ocupação do RN estiver acima de 60%;

14. Ampliar a fiscalização do estado (polícia militar) nos finais de semana em bares e na orla potiguar, especialmente da região metropolitana.

Aulas presenciais são risco

A outra recomendação principal é a suspensão das aulas presenciais nas escolas privadas. Já para a rede pública de ensino, o adiamento do início das aulas. Nos dois casos, a necessidade de prorrogação das medidas deverá ser reavaliada após 14 dias. "Há casos de crianças que se infectaram na escola e levaram para casa. Isso mostra que é preciso evitar esse contágio nas escolas", disse Ricardo Valentim, coordenador do LAIS/UFRN.

Durante os períodos festivos e de feriado prolongados foram provocadas grandes aglomerações, que, segundo avaliou o Comitê Científico, tiveram reflexo no aumento do número de casos no fim de dezembro e início de janeiro e que se intensificou nos dias iniciais de fevereiro e, mais recentemente, nos dias de carnaval. Esses últimos terão reflexo provável nas próximas semanas.

"A contaminação aumentou em idosos e o que pode acontecer se não forem tomadas as providências é mais internações e a situação sanitária do Estado, que ainda é uma das melhores em capacidade de resposta, pode piorar. O prudente é que o Estado siga as recomendações, pois se não conseguir frear poderá ter que adotar medidas ainda mais restritivas nas próximas semanas", alertou o cientista.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 5/5
Título: Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sesap-na-o-decidiu-se-ira-acatar-recomendaa-a-es-do-comita-cienta-fico/503110

Sesap não tem posicionamento definido

« PANDEMIA » Comitê Científico que baliza tomada de decisões relativas à covid no RN recomendou que o Governo determine fechamento de bares e restaurantes mais cedo e suspenda aulas nas escolas particulares

CLÁUDIO OLIVEIRA
Repórter

A Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (Sesap/RN) ainda não concluiu a avaliação de um conjunto de recomendações encaminhado na quarta-feira (17) à pasta assinado pelo Comitê de Especialistas do órgão. No documento, os pesquisadores apresentam medidas para controlar a propagação do novo coronavírus no Estado, cuja implementação depende de decisão governamental via decreto. Dentre as propostas elencadas pelo Comitê, está o fechamento de bares e restaurantes às 22h, a suspensão de aulas presenciais nas escolas privadas por 14 dias e adiamento do retorno na rede pública, além da proibição de festas em toda a orla potiguar.

O Governo ainda não se manifestou sobre tais recomendações, mais a Sesap informou que estão em análise e será feito um pronunciamento sobre a adoção ou não das medidas. Porém, não informou quando.

As orientações do Comitê foram definidas na última terça-feira (16) em reunião virtual dos especialistas e a Sesap que avaliaram os riscos epidemiológicos e de falência do sistema de assistência. Esse risco está ligado ao aumento do número de internações e identificação de novas variantes da covid-19 em Estados vizinhos, a ocupação de leitos clínicos e críticos e o descumprimento das medidas restritivas e sanitárias já decretadas.

"Observamos o aumento de solicitação por internações na Região Metropolitana de Natal e isso é extremamente preocupante. É importante que as recomendações sejam acatadas para reduzir as internações. Se não tivermos cuidado, chegará à 100% de ocupação da rede assistencial. O Comitê orienta e cabe ao Governo avaliar", destacou o professor Ricardo Valentim, membro do Comitê e coordenador do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN).

Entre as medidas, ele aponta duas que considera de extrema importância. A primeira é a suspensão das atividades presenciais em bares e restaurantes em todo Rio Grande do Norte após as 22h por 14 dias, quando ocorreria nova avaliação da situação. Para tanto, o Comitê considerou que as interações em bares e restaurantes não estão conseguindo cumprir com o protocolo de biossegurança e distanciamento social.

O Comitê pede, ainda, que o Governo do Estado fortaleça os cuidados preventivos nas academias de ginástica no que concerne ao uso de máscaras e distanciamento social, inclusive com aplicação de multa para aqueles estabelecimentos que forem flagrados infringindo as regras.

As recomendações se estendem aos eventos em toda a orla, que devem ser proibidos para evitar aglomerações, ao mesmo tempo em que se amplia a fiscalização policial nos finais de semana em bares e na orla potiguar, especialmente da Grande Natal.

Para integrantes do Comitê Científico, bares e restaurantes não cumprem parte das medidas de biossegurança impostas pelo Estado

Valentim defende documento

Acompanhamento

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz, disse que recebeu com preocupação a notícia sobre as recomendações do Comitê Científico. Segundo ele, não são os estabelecimentos comerciais e os de serviços, os responsáveis pelo surgimento de novos casos de covid-19.

"Não aqueles que trabalham cumprindo todas as regras, que são os que defendemos. Além disso, o setor de bares e restaurantes vem sendo um dos mais prejudicados desde o início da pandemia. Primeiro porque passou seis meses completamente fechado. Além disso, desde setembro, quando começou a retomar seu funcionamento, via o movimento retomar e, na imensa maioria dos casos, não passar de 40% do que se tinha antes da pandemia", argumentou.

Queiroz disse que, em média, um a cada três desses estabelecimentos não reabriu suas portas ainda. "Vale pontuar que este setor gera hoje, no RN, cerca de 25 mil empregos diretos e paga algo em torno de R$ 29 milhões por mês em salários e pode, com a medida proposta, sofrer um 'golpe de misericórdia fatal'", enfatizou o presidente da Fecomércio RN.

Recomendações do Comitê

Veja abaixo os 14 pontos encaminhados pelos especialistas

1. Suspensão das atividades presenciais de bares e restaurantes em todo RN após 22h por 14 dias, devendo a medida ser reavaliada após este prazo;

2. Suspensão das aulas presenciais das escolas privadas por 14 dias, devendo a medida ser reavaliada ao final desse período;

3. Criação de serviço de denúncia para pais e alunos de escolas, sejam públicas ou privadas, fazendo denúncia sobre ocorrência de casos de síndromes respiratórias que não tenham sido devidamente efetuados do convívio, assim como suas turmas escolares não tenham sido submetidas ao protocolo orientado na Nota Informativo número 007/2021 – SESAP/RN/CIG;

4. Adiamento do início das aulas das escolas públicas do estado por 14 dias, ao fim do qual deverá ser reavaliada a necessidade de novo adiamento;

5. Fortalecer os cuidados preventivos nas academias no que concerne ao uso de máscaras e distanciamento social inclusive com aplicação de multa para aqueles estabelecimentos que forem flagrados infringindo as regras;

6. Estabelecimento de barreiras sanitárias com os estados da Paraíba e Ceará, bem como nos portos e aeroportos, assim como implementação de barreiras sanitárias e intensificação do monitoramento e rastreio nos municípios sabidamente turísticos do estado do RN;

7. Busca ativa de casos e contatos, bem como monitoramento dos casos ativos pela Atenção Primária dos municípios;

8. Aplicar sanções previstas em lei a estabelecimentos de saúde públicos e privados, como clínicas, hospitais e laboratórios, que deixem de notificar os casos aos serviços de informação e de controle de leitos;

9. Ampliar a vigilância genômica no Rio Grande do Norte;

10. Suspender as atividades ambulatoriais de clínicas e consultórios e serviços públicos de rotina que não comprometam o cuidado continuado ao paciente;

11. Suspender cirurgias eletivas que demandem uso de leitos críticos na Região Metropolitana;

12. Proibir eventos em toda a orla do RN por 14 dias;

13. Abrir leitos de UTI covid-19 no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), os quais deverão ser mantidos enquanto a taxa de ocupação do RN estiver acima de 60%;

14. Ampliar a fiscalização do estado (polícia militar) nos finais de semana em bares e na orla potiguar, especialmente da região metropolitana.

AULAS PRESENCIAIS SÃO RISCO

A outra recomendação principal é a suspensão das aulas presenciais nas escolas privadas. Já para a rede pública de ensino, o adiamento do início das aulas. Nos dois casos, a necessidade de prorrogação das medidas deverá ser reavaliada após 14 dias. "Há casos de crianças que se infectaram na escola e levaram para casa. Isso mostra que é preciso evitar esse contágio nas escolas", disse Ricardo Valentim, coordenador do LAIS/UFRN.

Durante os períodos festivos e de feriado prolongados foram provocadas grandes aglomerações, que, segundo avaliou o Comitê Científico, tiveram reflexo no aumento do número de casos no fim de dezembro e início de janeiro e que se intensificou nos dias iniciais de fevereiro e, mais recentemente, nos dias de carnaval. Esses últimos terão reflexo provável nas próximas semanas.

"A contaminação aumentou em idosos e o que pode acontecer se não forem tomadas as providências é mais internações e a situação sanitária do Estado, que ainda é uma das melhores em capacidade de resposta, pode piorar. O prudente é que o Estado siga as recomendações, pois se não conseguir frear poderá ter que adotar medidas ainda mais restritivas nas próximas semanas", alertou o cientista.

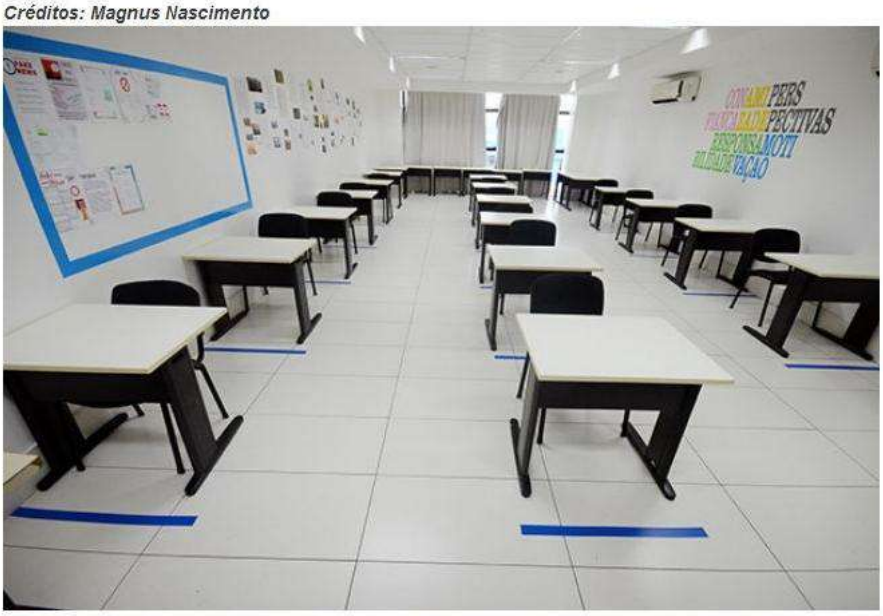
Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Sindicato das escolas particulares defende funcionamento das unidades **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sindicato-das-escolas-particulares-defe nde-funcionamento-das-unidades/503112

Sindicato das escolas particulares defende funcionamento das unidades

Publicação: 2021-02-19 00:00:00

Em razão da Recomendação Nº 24 do Comitê de Especialistas da SESAP-RN para o Enfrentamento da Pandemia pela Covid-19, emitida em 17 de fevereiro de 2021, em que se prevê, entre outras medidas, o fechamento das escolas por pelo menos 14 dias, o Sindicato das Escolas Particulares do Rio Grande do Norte tem se posicionado no sentido de enviar documento às autoridades do Poder Executivo, notadamente o prefeito de Natal, Álvaro Dias, para pleitear a manutenção da abertura das escolas para os alunos que optaram pela modalidade presencial de ensino.

Créditos: Magnus Nascimento



Escolas particulares de Natal e no interior do Estado que optaram pela reabertura seguem rigorsos critérios de segurança sanitária

A Recomendação do Comitê Científico foi produzida a partir da realização de uma reunião ocorrida por webconferência em 16 de fevereiro, com o objetivo de reavaliar os riscos epidemiológicos e de falência do sistema de assistência, em decorrência do aumento do número de internações e identificação de novas variantes do SARS-CoV2 no RN e em Estados vizinhos.

Segundo o documento, considerando que a introdução de novas variantes do SARS-CoV-2 já se encontram em circulação nos Estados vizinhos, com possível circulação no Rio Grande do Norte - apesar de ainda não detectado e considerando que crianças e jovens, muitas vezes assintomáticos, são responsáveis pela transmissão domiciliar a idosos susceptíveis, o Comitê elencou três iniciativas diretamente relacionadas ao funcionamento das escolas.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Sindicato das escolas particulares defende funcionamento das unidades
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sindicato-das-escolas-particulares-defe nde-funcionamento-das-unidades/503112

São elas: a suspensão das aulas presenciais nas escolas privadas por 14 dias, devendo a medida ser reavaliada ao final desse período; a criação de serviço de denúncia para pais e alunos de escolas, sejam públicas ou privadas, fazerem denúncia sobre ocorrência de casos de sintomáticos respiratórios que não tenham sido devidamente afastados do convívio ou falta de cumprimento do protocolo orientado na Nota Informativa número 03/2021 - SESAP/SUVISA; e o adiamento do início das aulas das escolas públicas do estado por 14 dias, ao fim do qual deverá ser reavaliada a necessidade de novo adiamento.

De acordo com o Sindicato das Escolas Particulares do RN, as instituições privadas estão seguindo rigorosamente os protocolos de segurança exigidos pelos poderes públicos, e por isso a manutenção das aulas é plenamente viável. O documento, a ser entregue ao prefeito Álvaro Dias, e assinado pelo presidente Alexandre Marinho, elenca alguns argumentos.

Tais como: foi comprovado cientificamente que há baixa transmissibilidade e adoecimento entre crianças; as escolas que seguem os protocolos sanitários, com uso de máscaras, distanciamento social, lavagens de mãos e controle dos sintomáticos, não se mostraram, desde setembro de 2020 até hoje, locais de significativa transmissibilidade, nem de alto risco para alunos, professores e funcionários; a escola privada tem monitorado e agido rapidamente, evitando surtos e aumento de casos. Apesar do que se supôs no início da pandemia, as crianças não são grandes disseminadores da covid- 19. Além disso, o presidente do Sindicato aponta que as escolas privadas prepararam-se para oferecer segurança para quem deseja a presencialidade e aulas virtuais para quem opta por permanecer em casa, disponibilizando um modelo híbrido de ensino, que atende a todos os alunos e família.

Além dos argumentos já mencionados, o Sindicato destaca ainda que a escola é um espaço essencial para os desenvolvimentos cognitivo e socioemocional de crianças e jovens, bem como é um ambiente seguro, visto que várias atividades econômicas não podem parar e as famílias precisam de um lugar confiável para a educação e cuidado de seus filhos.

Outras informações importantes são utilizadas em defesa do pleito, como estudos internacionais e manifestos assinados por pediatras, além da orientação da Organização Mundial da Saúde para a manutenção das escolas como ambiente seguro.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: As boas águas de março **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/as-boas-a-guas-de-mara-o/503111

As boas águas de março

Publicação: 2021-02-19 00:00:00

Antonio Roberto Rocha
antonioroberto@tribunadonorte.com.br

A diretora da agência de receptivo Potiguar Turismo, Decca Bolonha, que atende aos passageiros da CVC em Natal, traz boas notícias para o Turismo do RN e contraria, de certa forma, algumas tendências do mercado. Ela garante que, de acordo com as reservas que dispõe no sistema da agência, março será um mês de muitos turistas no Rio Grande do Norte.

"Será quase igual ao movimento de março de 2019, assim como novembro do ano passado nos surpreendeu, com quase o mesmo total de passageiros de igual período em 2019. Se levarmos em consideração que naquela época não havia obstáculos como o coronavírus, posso afirmar que são dois meses ótimos, pelo menos para a Potiguar", comenta a empresária.

Otimista, Decca Bolonha observa que a alta temporada (dezembro a fevereiro) também está sendo muito boa. Ela arrisca inclusive comparações: "Está em torno de 80% do fluxo do verão passado. Só o Carnaval é que não atingiu os números que esperávamos. Tivemos 50% do total de passageiros do ano anterior. Mas não dá para reclamar. Está tudo indo muito bem. Não posso falar de números absolutos, mas num período desses de pandemia algo como mil passageiros a menos não significa muito. É comemorar", ressalta.

Passeios - A diretora da Potiguar Turismo revela ainda que, depois do city-tour, os passeios mais procurados pelos turistas da CVC que visitam Natal são Pipa, Maracajaú, Barra do Cunhaú e Camurupim. Ela pretende incluir no portfólio da agência um novo tour: São Miguel do Gostoso com pôr-do-sol em Gostoso.

Já o bate-e-volta a Galinhos, informa, tem saída garantida uma vez por semana, com grupos em torno de 30 pessoas. "É um passeio encantador, mas demorado. Saímos do último hotel em Natal às 7h e chegamos de volta em torno de 20h. São mais de 12 horas de passeio", explica Decca.

O city-tour da Potiguar foi "repaginado" há dois anos, segundo a diretora. Passou a ser um passeio cultural com direito a praia. Visita o centro histórico, desce a Ladeira do Sol, passa pelas praias urbanas (Artistas, Meio e Forte), cruza a ponte Newton Navarro e prossegue até a praia de Porto Mirim, onde fica a base da agência, o restaurante Miramar.

"Lá o nosso passageiro fica à vontade. Pode almoçar, tomar banho de mar, caminhar, fazer opcionais como passeios de quadriciclo ou passeio de bugue nas dunas de Jenipabu, ou mesmo descansar numa área de sombra", enfatiza.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: As boas águas de março
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/as-boas-a-guas-de-mara-o/503111

Emissores - Segundo o gerente comercial da Potiguar Turismo, Thiago Dantas, o fluxo de turistas para Natal continua sendo predominantemente de São Paulo, tanto da capital como do interior. Ele lembra que Minas Gerais, atualmente, é o segundo mercado emissor no ranking da Potiguar.

"Muitos turistas mineiros de cidades próximas à divisa com São Paulo embarcam em São José do Rio Preto, Campinas e Guarulhos", informa. O Sul (Paraná e Rio Grande do Sul, principalmente) e o Centro-Oeste (sobretudo Brasília e Goiânia) completam a lista dos cinco principais polos emissores, de acordo com Dantas.

Para manter o mercado aquecido, o gerente da Potiguar diz que faz muitas lives, direcionadas às lojas da CVC, para atualizar os profissionais de venda sobre os atrativos turísticos norte-rio-grandenses. "É preciso prospectar permanentemente. A partir de ações comerciais efetivas, como as que a Potiguar tem feito, conseguimos os resultados que estamos colhendo", comenta Thiago Dantas.

WTM LA é apresentada em Natal

Simon Mayle, diretor da WTM Latin America, anunciou ontem na capital potiguar, durante apresentação do evento no Centro de Convenções de Natal, que a WTM LA acontecerá no modelo híbrido. Ao todo, serão cinco dias de networking, conteúdo e negócios. O evento físico acontece de 3 a 5 de agosto de 2021, no pavilhão verde do Expo Center Norte, em São Paulo. Na semana seguinte, nos dias 10 e 11 de agosto, acontecerá o evento virtual, das 8h às 15h.

"Temos visto um avanço em todo o mundo com os planos de vacinação e isso nos traz um panorama mais positivo sobre a reabertura de fronteiras e retomada das viagens. Para este ano acreditamos na presença mais constante de profissionais brasileiros e latino-americanos. Temos um compromisso ainda maior com a qualidade dos profissionais e a geração de negócios durante o evento", pontua.

Mayle observa que a extensão da WTM Latin America para além do encontro físico privilegia o networking internacional e favorece a geração de bons negócios. "O evento virtual vem como complemento ao evento físico, amplia a geração de networking e a participação de expositores e visitantes. É um caminho sem volta e que muito tem a contribuir para os próximos anos", garante

Feira da Aviesp já está confirmada

A 43ª Aviesp Expo, principal feira de turismo do interior paulista, está confirmada para os dias 30 de junho e 01 de julho no hotel Monte Real, em Águas de Lindóia (SP). Será presencial. O tema escolhido para este ano é "Reencontro". O objetivo do evento, que inclui palestras e feira, é fortalecer o relacionamento e a promoção de novos negócios entre agentes de viagens do interior paulista e os principais fornecedores do setor.

Cooperação em Inteligência do Turismo

A Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur) fechou acordo de cooperação técnica com a Airbnb, sem custos e totalmente focado no compartilhamento de dados levantados dentro da plataforma sobre comportamento e tendências de viagens no estado, Tais informações poderão ajudar na elaboração de estratégias e no planejamento de ações da Emprotur. O Airbnb também irá compartilhar práticas e inovações que contribuam para viagens seguras e responsáveis.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Gasolina comum vai até R$ 5,58 em Natal **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/gasolina-comum-vai-ata-r-5-58-em-natal/503136

Gasolina comum vai até R$ 5,58 em Natal

Publicação: 2021-02-19 00:00:00

Até a última semana (de 07 a 13 de fevereiro), o preço médio nos 25 postos da capital potiguar pesquisados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estava em R$ 5,060, o quarto maior entre as capitais do País. Outras três capitais registravam preços maiores: Rio Branco (R$ 5,330), Rio de Janeiro (R$ 5,303) e Tocantins (R$ 5,060). Nesse levantamento da ANP, o preço mínimo cobrado nos postos em Natal era de R$ 4,980 e o máximo de R$ 5,190.

Créditos: Alex Régis

Posto de combustível na avenida Coronel Estevam já praticava ontem R$ 5,58 para a gasolina comum

saiba mais

- No quarto reajuste do ano, gasolina sobe 10,5% e diesel, 15% nas refinarias da Petrobras

Nesta quinta-feira (18), a TRIBUNA DO NORTE flagrou um posto de combustível na avenida Coronel Estevam já praticando o preço de R$ 5,58 para a gasolina comum. Esse valor está 7,51% acima do preço máximo verificado no levantamento da ANP referente à semana de 7 a 13/02. Até o último sábado (6), a mesma pesquisa apontava a gasolina comum a R$ 5,13 na capital potiguar, e apenas Rio Branco (R$ 5,255) e Rio de Janeiro (R$ 5,178) registravam preços maiores. Nesse levantamento da ANP, o preço mínimo cobrado nos postos em Naal era de R$ 4,199 e o máximo de R$ 5,199. Na semana de 24 a 30 de janeiro, o preço da gasolina em Natal chegou a ser o mais alto entre as capitais brasileiras.

Com o aumento que passa a vigorar nesta sexta-feira (19), a gasolina pode ficar ainda mais cara nos postos de Natal. Segundo o SindiPostosRN (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do RN) cabe aos postos de 12% e 15 % da margem bruta do valor do combustível que chega ao consumidor. O restante se deve aos impostos, preços nas refinarias, frete e outras adições.

Em pesquisa, o Índice de Preços Ticket Log (IPTL) registrou aumento de 4,49% no preço da gasolina nos primeiros 15 dias de fevereiro e o litro médio do combustível agora é R$ 5,033. É a primeira vez que a empresa aponta o preço da gasolina acima de R$ 5 na média nacional desde o início da série histórica em 2011. Em janeiro, a média era de R$ 4,816. O valor do combustível subiu 25,7% desde maio de 2020, última vez que a pesquisa registrou queda nos preços.

"O aumento mais significativo da gasolina no País foi registrado no Amazonas. Nos postos do Estado, os preços do combustível na primeira quinzena de fevereiro subiram 7,58% e o litro médio é de R$ 4,881. Em nenhum Estado houve redução dos preços", diz Douglas Pina, Head de Mercado Urbano da Edenred Brasil, controladora da Ticket Log. Em relação aos Estados, a gasolina mais barata está no Amapá, a R$ 4,484, enquanto a mais cara está no Acre, a R$ 5,422, nessa pesquisa. O levantamento é feito com base nos abastecimentos realizados nos 18 mil postos credenciados da Ticket Log.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Gasolina comum vai até R$ 5,58 em Natal **Impacto:** Neutro
Link: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/gasolina-comum-vai-ata-r-5-58-em-natal/503136

NA TN ONLINE
Acompanhe todas as notícias relacionadas ao avanço da covid-19 no Brasil e no mundo
tribunadonorte.com.br

DÓLAR COMERCIAL
Venda: R$ 5,4410
DÓLAR TURISMO
Venda: R$ 5,6080

EURO TURISMO
Venda: R$ 6,7900
LIBRA ESTERLINA
Venda: R$ 7,6047

TELEFONES ÚTEIS
Receita: 3220-2200
Procon Estadual: 3232-6869
Procon Municipal: 3232-9050
DRT RN: 3220-2000

SALÁRIO-MÍNIMO
R$ 1.100,00
TAXA SELIC
2,00%

NA TN ONLINE
Ouça a programação da Rádio Jovem Pan News Natal na frequência 93,5 FM
Editora: Margareth Grilo (margareth@tribunadonorte.com.br)

Gasolina sobe 10,5% e diesel, 15%

« REFINARIAS » Preços da gasolina e do óleo diesel nas refinarias da Petrobras ficarão R$ 0,23 e R$ 0,34 mais caros, a partir de hoje, e já acumulam uma alta, em 2021, de 27,5% e 34,8%, respectivamente

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (18) o maior reajuste de preços de combustíveis do ano. O óleo diesel vai ficar 15,2% mais caro em suas refinarias a partir de hoje e a gasolina, 10,2%. Com mais esse reajuste, o quarto do ano, o diesel e a gasolina já acumulam alta de 27,5% e 34,8%, respectivamente, em 2021. Tamanho avanço de preço vai atingir o consumidor nesta semana e deve aparecer nos indicadores de inflação de março, segundo analistas. Os preços da gasolina e do óleo diesel nas refinarias ficarão R$ 0,23 e R$ 0,34 mais caros. O litro da gasolina passará a custar R$ 2,48 e o do diesel, R$ 2,58, para os distribuidores.

Em nota, a companhia diz que os preços da Petrobras estão alinhados aos do mercado internacional. Ou seja, quando a cotação do petróleo sobe no mercado internacional, a estatal revisa seus valores também no Brasil. O petróleo é a matéria-prima dos combustíveis e, por isso, costuma ser usado como referência na formação dos preços dos seus derivados, como gasolina e diesel.

Neste mês, o petróleo ganhou força por conta do frio nos Estados Unidos, onde o consumo avançou e os estoques baixaram em quase 6 milhões de barris. Além disso, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) tem indicado cortes de produção. Com a expectativa de que haja mais demanda que oferta de óleo no mundo, o produto está ficando mais caro. Em Londres, o barril do petróleo do tipo Brent fechou o pregão a US$ 64,34, patamar que não era alcançado desde janeiro do ano passado, antes da pandemia de coronavírus.

Ao anunciar mais um reajuste, a Petrobras reafirma sua política de preços, alinhada ao mercado internacional, e derruba a tese de que atua para atender aos interesses do governo. A empresa estava sendo acusada de segurar a alta do diesel, principalmente, para favorecer os caminhoneiros, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, e para conter a inflação. Os caminhoneiros chegaram a ameaçar uma greve caso o combustível continuasse subindo na bomba.

A estatal diz ainda que, em 2020, reduziu os preços em suas refinarias ao acompanhar as oscilações externas. No último mês, a Petrobras foi criticada pelos caminhoneiros por supostamente reajustar demais o preço do diesel.

Além disso, reafirma que o preço nas suas refinarias não é o único componente na formação do valor pago pelos consumidores na bomba. "Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis", afirma.

O preço cobrado nas refinarias da Petrobras corresponde a cerca de 33% do preço pago pelos consumidores finais da gasolina e a 51% do preço final do diesel, segundo a estatal. A companhia explica que "até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis".

Os preços praticados nas refinarias da Petrobras são reajustados de acordo com a taxa de câmbio e a variação do preço internacional do petróleo, negociado em dólar. Desde janeiro, a Petrobras já reajustou três vezes o preço do diesel e quatro vezes o da gasolina, que tinha o valor médio de R$ 1,84 em 29 de dezembro e chegará a R$ 2,48 com o reajuste que vigora a partir desta sexta-feira.

Em 18 de janeiro, a estatal anunciou um aumento médio de R$ 0,15 para a gasolina e manteve o preço do diesel. No dia 26 do mesmo mês, um novo reajuste elevou o preço nas refinarias em R$ 0,10 para a gasolina e em R$ 0,09 para o diesel. Já em 8 de fevereiro, foi anunciado um aumento de R$ 0,17 para a gasolina e de R$ e de 0,13 para o diesel.

Análise

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, acredita que "tal magnitude de reajuste na refinaria deve afetar as bombas apenas no terceiro decêndio de fevereiro, com grande parte do impacto no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de março". A Armor Capital projeta alta de 0,15 ponto porcentual na inflação do mês que vem.

Até então, os consumidores não estavam sentindo tanto os reajustes nas refinarias porque os donos de postos estavam conseguindo segurar ao menos parte dos reajustes da Petrobras. No ano, a gasolina subiu na revenda 7,0% e o diesel, 4,3%, segundo a StoneX. As revisões são bem inferiores às da estatal.

Até chegarem à bomba, a gasolina e o diesel produzidos pela estatal passam ainda por distribuidores e revendedores. No meio do caminho, são acrescidos tributos aos seus preços. Portanto, cada elo dessa cadeia tem o próprio peso na formação dos valores cobrados nos postos.

Representante dos revendedores de combustíveis de São Paulo, José Alberto Gouveia, diz que, com a pandemia de coronavírus, o consumo de combustíveis caiu nos últimos meses. Esse fator, somado à concorrência, fez com que os donos de postos contivessem parte dos reajustes da Petrobras até esta semana. Mas, a partir de agora, a tendência é que repassem a maior parte da alta para as bombas.

"Com o novo aumento, vai ser muito difícil conter o preço. Cada dono de posto vai ver o que consegue fazer. Estamos lutando contra o mercado", afirma Gouveia, acrescentando que a revenda tem reduzido suas margens de lucro e cortado custos, principalmente, demitindo funcionários. "Temos de ter rentabilidade para pagar as despesas", afirmou.

ALEX RÉGIS

Posto de combustível na avenida Coronel Estevam já praticava ontem R$ 5,58 para a gasolina comum

Gasolina vai até R$ 5,58 em Natal

Até a última semana (de 07 a 13 de fevereiro), o preço médio nos 25 postos da capital potiguar pesquisados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estava em R$ 5,060, o quarto maior entre as capitais do País. Outras três capitais registravam preços maiores: Rio Branco (R$ 5,330), Rio de Janeiro (R$ 5,303) e Tocantins (R$ 5,060). Nesse levantamento da ANP, o preço mínimo cobrado nos postos em Natal era de R$ 4,980 e o máximo de R$ 5,190.

Nesta quinta-feira (18), a TRIBUNA DO NORTE flagrou um posto de combustível na avenida Coronel Estevam já praticando o preço de R$ 5,58 para a gasolina comum. Esse valor está 7,51% acima do preço máximo verificado no levantamento da ANP referente à semana de 7 a 13/02. Até o último sábado (6), a mesma pesquisa apontava a gasolina comum a R$ 5,13 na capital potiguar. e apenas Rio Branco (R$ 5,255) e Rio de Janeiro (R$ 5,178) registravam preços maiores. Nesse levantamento da ANP, o preço mínimo cobrado nos postos em Naal era de R$ 4,199 e o máximo de R$ 5,199. Na semana de 24 a 30 de janeiro, o preço da gasolina em Natal chegou a ser o mais alto entre as capitais brasileiras.

Com o aumento que passa a vigorar nesta sexta-feira (19), a gasolina pode ficar ainda mais cara nos postos de Natal. Segundo o SindiPostos RN (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do RN) cabe aos postos de 12% e 15% da margem bruta do valor do combustível que chega ao consumidor. O restante se deve aos impostos, preços nas refinarias, frete e outras adições.

Em pesquisa, o Índice de Preços Ticket Log (IPTL) registrou aumento de 4,49% no preço da gasolina nos primeiros 15 dias de fevereiro e o litro médio do combustível agora é R$ 5,033. É a primeira vez que a empresa aponta o preço da gasolina acima de R$ 5 na média nacional desde o início da série histórica em 2011. Em janeiro, a média era de R$ 4,816. O valor do combustível subiu 25,7% desde maio de 2020, última vez que a pesquisa registrou queda nos preços.

"O aumento mais significativo da gasolina no País foi registrado no Amazonas. Nos postos do Estado, os preços do combustível na primeira quinzena de fevereiro subiram 7,58% e o litro médio é de R$ 4,881. Em nenhum Estado houve redução dos preços", diz Douglas Pina, Head de Mercado Urbano da Edenred Brasil, controladora da Ticket Log. Em relação aos Estados, a gasolina mais barata está no Amapá, a R$ 4,484, enquanto a mais cara está no Acre, a R$ 5,422, nessa pesquisa. O levantamento é feito com base nos abastecimentos realizados nos 18 mil postos credenciados da Ticket Log.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo quer antecipar 13º de aposentados e abono para injetar R$ 57 bi na economia **Impacto:** Neutro

E&N
ECONOMIA & NEGÓCIOS

Dentro do Orçamento. Enquanto não sai nova rodada do auxílio, equipe econômica busca alternativas sem impacto no endividamento público para tentar ajudar a alavancar atividade; transferência de recursos já existentes para o Pronampe também é estudada

Governo quer antecipar 13º de aposentado e abono para injetar R$ 57 bi na economia

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O governo quer garantir uma injeção de R$ 57 bilhões na economia brasileira com a antecipação do 13.º de aposentados e pensionistas do INSS e do abono salarial, uma espécie de 14.º salário a trabalhadores com carteira que ganham até dois salários mínimos. As duas medidas não têm impacto nas contas porque só alteram o calendário de um pagamento já previsto para o ano, mas devem ajudar a segurar os efeitos negativos do recrudescimento da pandemia de covid-19 sobre a atividade econômica.

A antecipação do abono é a única medida que já saiu do papel, com repasses que podem chegar a R$ 7,33 bilhões. Já o pagamento adiantado do 13.º dos beneficiários da Previdência ainda depende de uma definição sobre o calendário. Cada parcela representa uma injeção de cerca de R$ 25 bilhões, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. A proposta em estudo é repetir a antecipação das duas parcelas, já realizada no ano passado.

O recurso já foi utilizado em 2020, quando o 13.º dos aposentados e pensionistas foi pago nos meses de março e maio. A divisão em 2021 ainda está indefinida e depende da disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, que já precisa administrar mais de R$ 700 bilhões em compromissos com investidores da dívida pública do País nos primeiros quatro meses do ano.

A ação, porém, deve garantir algum fôlego à atividade enquanto governo e Congresso se acertam em torno do tamanho da nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis. Em meio ao aumento do número de casos de covid-19, a economia brasileira começou 2021 dando sinais de perda de fôlego, e a queda no Produto Interno Bruto (PIB) pode se prolongar até o fim do segundo trimestre deste ano, minando a trajetória de recuperação aguardada pela equipe econômica.

O auxílio é um ponto delicado das negociações porque depende de dinheiro novo, a ser obtido pelo governo via endividamento, já bastante elevado por causa das medidas de socorro adotadas em 2020. Nos últimos dias, as negociações caminharam rumo a um arranjo de quatro novas parcelas de R$ 250, mas parlamentares da base aliada do governo ainda tentam emplacar valores maiores, de R$ 280 a R$ 320. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem cobrado medidas de ajuste para compensar o novo esforço de ajuda à população, ainda que venham num segundo momento.

Sem impacto. Para contornar as restrições, uma das frentes de trabalho da equipe econômica tem focado em medidas sem impacto fiscal. Uma das ações em estudo é direcionar recursos hoje parados no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), voltado a facilitar operações de crédito a pequenas e médias empresas por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), ao Fundo de Garantia de Operações (FGO), que deu suporte ao Pronampe, programa voltado a micro, pequenas e médias empresas que teve suas linhas esgotadas diante da alta demanda. Com a transferência dos recursos, seria possível viabilizar uma nova rodada de crédito mais acessível aos pequenos empresários. As condições devem ser alteradas para permitir que mais empresas acessem a linha, com uma parcela menor do crédito garantida pelo fundo em troca de uma taxa de juros levemente maior, mas ainda abaixo do cobrado em média pelos bancos.

O governo também trabalha para baratear e facilitar o acesso de famílias beneficiárias de programas sociais a linhas de microcrédito, como já mostrou o Estadão. O uso de fundos garantidores ou mecanismos de aval solidário, em que todos os integrantes de um grupo são responsáveis pelos pagamentos em dia das prestações, são analisados para tornar a operação viável.

Em outra frente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu uma renegociação de débitos tributários para empresas que postergaram os pagamentos de tributos entre março e dezembro de 2020 e ainda não têm condições de pagá-los.

Redução de jornada. A restrição fiscal, por sua vez, tem colocado obstáculos à retomada do programa que permite às empresas reduzir salário e jornada de trabalhadores ou suspender contratos, acenada pelo próprio ministro Paulo Guedes.

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO 03/1/2019

Microcrédito. Governo também trabalha para baratear o acesso de famílias beneficiárias de programas sociais ao crédito

● **Novo socorro**

R$ 250

é o valor que se cogita para a nova rodada de auxílio, mas parlamentares da base aliada tentam valor entre R$ 280 e R$ 300

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Ambipar, de gestão de lixo, vai às comprar no exterior **Impacto:** Neutro

coluna do
broadcast

E-MAIL: COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNABROADCAST

Ambipar, de gestão de lixo, vai às compras no exterior

Primeira empresa de gestão de lixo a entrar na B3, a Ambipar acaba de fechar mais uma aquisição no exterior, onde pretende ser referência e líder na prestação de socorro em situações de emergência para conter danos ao meio ambiente. A canadense Orion, que atua no segmento também conhecido como "response" (ou resposta, na tradução livre para o português), é a sexta empresa estrangeira comprada, desde que a Ambipar levou suas ações à Bolsa, no meio do ano passado. Em sua carteira, já entraram outras quatro norte-americanas e uma no Reino Unido. Mais de uma dezena de empresas da área foram mapeadas lá fora por uma consultoria contratada pela Ambipar no fim de 2020 – e devem entrar na cesta de compras da companhia até dezembro.

ROOSEVELT CABRAL/ESTADÃO-20/2/2020

» Liderança. A Ambipar captou R$ 1 bilhão no IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês). Na lista de promessas, estavam várias aquisições, especialmente no Hemisfério Norte - as quais vem cumprindo. As empresas alvo têm um faturamento entre US$ 7 milhões e US$ 10 milhões. A Orion, que fechou o acordo com a Ambipar esta semana, faturou 9,7 milhões em dólares canadeses em 2020.

» Desconhecido. Apesar do apelo que o tema ESG (meio ambiente, sustentabilidade e governança, na sigla em inglês) ganhou no mercado financeiro, os investidores da Bolsa não têm pago mais por suas ações. Os papéis da companhia são negociados atualmente com um ganho modesto em relação ao IPO.

» Como um todo. Além das respostas de emergência, a Ambipar faz a gestão do lixo das empresas e as ajuda a obter o selo ESG. Segundo a presidente a Ambipar, Cristina Andriotti, 96% dos resíduos gerados por seus clientes têm resultado em valor para a companhia e apenas 4% são efetivamente desperdiçados. O lixo pode se transformar em energia, compostagem, em matéria-prima ou subproduto.

ALEX SILVA/ESTADÃO-20/5/2018

» Lá vem. Com a avalanche de empresas de tecnologia rumo a uma abertura de capital, o PicPay entrou na fila. Contratou o BTG Pactual para coordenar sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A fintech, contudo, ainda não bateu o martelo sobre onde fará seu IPO: se escolherá a Nasdaq, bolsa americana reconhecida por atrair empresas de tecnologia, ou na B3, que desde o ano passado vem abrigando IPOs de "techs" com forte demanda.

» Em alta. O PicPay pertence à J&F, holding de investimentos da família Batista, que também controla a JBS. Em número de clientes, é a maior fintech do Brasil, com 41 milhões de usuários, mais que o dobro do que tinha no início da pandemia. Somente no ano passado, foram R$ 49,6 bilhões em valores transacionados por meio da fintech.

BENOIT TESSIER/REUTERS-14/02/2018

» Casa forte. A forte demanda do setor de construção civil fez a líder global em materiais de construção suíça LafargeHolcim antecipar a retomada de sua capacidade total de produção. Inicialmente a volta estava programada para março, mas desde o fim do ano passado está operando em 100% da capacidade.

» Futuro no pretérito. Segundo a supervisora de distribuição da fábrica no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, Roberta Nery, a demanda está tão grande que a unidade está retomando a produção em níveis anteriores à pandemia. A expectativa é voltar aos patamares de 2019.

» Girl Power. No mais alto nível hierárquico da fábrica, Nery afirma que a igualdade de gêneros da empresa deve servir de exemplo a concorrentes do setor, como a indústria de cimento, cujos quadros são predominantemente masculinos.

» No digital. O Banco ABC Brasil, que no ano passado voltou a apostar no segmento de crédito para empresas médias, segue com apetite para este mercado, mesmo após o fim de estímulos do governo para socorrer companhias durante a pandemia. Um dos esforços da instituição para atrair novos clientes é uma parceria com um grande marketplace (espécie de shopping virtual) de varejo, que deve ser lançado no segundo semestre. Por meio desse canal, oferecerá crédito online.

» Precisão. A parceria está em fase de testes e o banco não revela o nome da companhia. A ideia é ter acesso a dados do marketplace para reunir o máximo de informações possíveis sobre os negócios feitos por lá, como recorrência de vendas e avaliação de produtos pelos clientes. Tudo isso para tornar mais precisa a análise de crédito e a oferta do empréstimo. Além disso, o risco seria menor, uma vez que os pagamentos das parcelas ocorreriam pela própria plataforma. "A aquisição de clientes deve se acelerar bastante daqui para frente", afirmou o presidente do banco, Sérgio Lulia.

CYNTHIA DECLOEDT, ANDRÉ ÍTALO ROCHA, FERNANDA GUIMARÃES E DENISE LUNA

CELSO MING

E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

O rali das commodities

O momento é de cavalgada dos preços das commodities. Nesta quinta-feira, o petróleo valia 55,31% a mais do que no último dia útil de junho de 2020; o minério de ferro, 76,05%; o milho, 52,39%; e a soja, 56,52% (veja gráficos). A guinada abrange a maior parte das matérias-primas, desde o cobre até o café.

O principal fator responsável por essa alta é a forte demanda da China, que não está apenas em plena recuperação econômica, como também passa por uma fase de incentivos ao consumo interno. Os preços do petróleo avançaram nos últimos dias em consequência do aumento do inverno no Hemisfério Norte, que pressionou a demanda por aquecimento e paralisou unidades produtoras de óleo nos Estados Unidos.

Mas há um fator secundário. Com diferenças, em praticamente todo o mundo industrializado, a recuperação econômica depois da pandemia está provocando avanço na demanda por commodities. Enquanto estava mergulhado na recessão, o setor produtivo reduziu os estoques, que agora estão sendo novamente preenchidos.

Para a economia do Brasil, esse novo rali das commodities traz importantes consequências, mas de naturezas opostas. Como o País é grande exportador de minérios e de proteínas vegetais (especialmente soja e milho), a alta dos preços de mercado em dólares tende a aumentar as receitas do setor primário (mineração e agropecuária) e ajudar no desempenho das contas externas. É provável que este seja o começo de uma nova fase de bonança que poderia favorecer a recuperação da economia brasileira. Infelizmente, essa transferência de benefícios não é automática. Na última vez em que houve grande demanda internacional pelas matérias-primas e alimentos do Brasil, a partir do início do século 21, a política econômica não aproveitou a boa maré para avançar no ajuste fiscal. Ao contrário, os tempos de fartura foram vistos pelos políticos como uma nova oportunidade para gastar mais e adiar as reformas. O repeteco desse erro é um dos riscos que corre o Brasil.

Mas há as contrapartidas negativas dessa alta. A primeira delas é a puxada na inflação, principalmente a partir da alta dos combustíveis e dos alimentos, que só não tende a ser maior porque o PIB está engatinhando, há enorme capacidade ociosa no sistema de produção e o consumidor está sem recursos.

O impacto político imediato incide sobre os preços da Petrobrás. Apesar do reajuste determinado nesta quinta-feira, a paridade dos preços do diesel e da gasolina em relação aos preços internacionais continua atrasada, como reconhece a Petrobrás. Por isso mesmo, ela vem sendo acusada pelos importadores independentes de combustíveis de trabalhar com preços baixos demais e, assim, de prejudicar a concorrência. Pretender que a Petrobrás segure mais os reajustes implicaria não apenas prática de subsídio ao consumidor, mas, também, perda de receitas de caixa – com prejuízo para sua capacidade de pagamento da dívida, majoritariamente, em dólares.

A prática realista de preços no mercado de combustíveis, por sua vez, tenderá a acirrar os conflitos com o setor de transportes, que não consegue repassar ao frete o aumento de seus custos. A alta dos combustíveis terá de ser repassada também às tarifas dos transportes urbanos. No passado, isso deflagrou conflitos de rua.

O governo federal tenta mudar o fator gerador do ICMS para evitar maior volatilidade nos preços finais dos combustíveis e, com isso, frear a reação dos caminhoneiros. É evidente que esse ajuste, se vier a ser feito, será em detrimento da receita dos Estados.

A tensão na área dos combustíveis dá uma ideia do impacto político que a alta das commodities pode gerar não só na área do petróleo, mas também na dos alimentos.

*

COMENTARISTA DE ECONOMIA

DISPARADA DAS COMMODITIES

FONTE: BROADCAST
INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Senado votará PEC que destrava auxílio **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2021 | Economia | B3

Senado votará PEC que destrava auxílio

Em reunião com Arthur Lira e ministro Paulo Guedes, presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse que pautou projeto para quinta-feira

Daniel Weterman
Eduardo Rodrigues
Anne Warth / BRASÍLIA

O Senado decidiu pautar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para destravar o auxílio emergencial na próxima quinta-feira. A sinalização foi dada ontem em uma reunião de líderes partidários e reforçada em um almoço do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O senador Marcio Bittar (MDB-AC) deve apresentar uma versão do parecer entre hoje e segunda-feira para discussão entre os senadores. A negociação para votação dependerá do conteúdo da medida, a ser incorporada na PEC emergencial, em tramitação no Senado desde 2019. Conforme o *Estadão/Broadcast* antecipou, a PEC deve trazer uma "cláusula de calamidade" para dar base a uma nova rodada do benefício, pago a trabalhadores informais e desempregados.

"Tratamos do encaminhamento do auxílio emergencial e de uma contrapartida, não como condição, mas como uma sinalização de que o Congresso tem responsabilidade fiscal", afirmou Pacheco, após a reunião com Lira e Guedes.

A intenção é viabilizar um acordo para aprovação da proposta em dois turnos na quinta-feira, permitindo o envio do texto no mesmo dia à Câmara dos Deputados. A cúpula do Congresso tenta encaminhar a discussão da PEC paralelamente ao Orçamento de 2021, cuja votação está prevista para o dia 24 de março.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para destravar o novo auxílio emergencial deve incorporar itens do pacote fiscal em tramitação no Senado, mas sem as medidas mais polêmicas de corte de despesas, como redução de salário no funcionalismo público.

SABRINA BELO/ESTADÃO

Foco. Sinalização foi reforçada em almoço de Pacheco (D) com Lira (C) e Paulo Guedes (E)

Com isso, a expectativa de líderes partidários é de que o governo edite uma medida provisória para viabilizar o auxílio após a aprovação da PEC, abrindo um crédito extraordinário no Orçamento. Esse crédito criaria uma nova despesa sem redução de outros gastos, aumentando o endividamento da União.

De acordo com o líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), o governo se comprometeu em manter três ou quatro itens na PEC a ser votada: ressalvas para o cumprimento da regra de ouro, sustentabilidade da dívida e um "equilíbrio fiscal intergeracional", sem redução imediata de despesas. "Será uma PEC recauchutada e provavelmente livrando as questões mais polêmicas", afirmou. Além disso, o governo destravaria o auxílio, mas sem uma garantia de agenda fiscal no futuro. "O que não passar, o governo vai ter de engolir, como a questão dos servidores."

A viabilidade da PEC ainda é questionada até a apresentação do relatório. "O que há é uma sinalização de boa vontade. Mas qual o conteúdo da PEC? Isso se torna cada vez mais lento. Fica parecendo que o governo quer postergar o pagamento para fazer uma economia de palito a custo do sofrimento brasileiro", afirmou o líder do Cidadania no Senado e relator do auxílio emergencial em 2020, Alessandro Vieira (SE).

● Economia e sofrimento
"Fica parecendo que o governo quer postergar o pagamento para fazer uma economia de palito a custo do sofrimento brasileiro."
Alessandro Vieira
SENADOR, LÍDER DO CIDADANIA

STF mantém direito de passagem para as teles

Amanda Pupo / BRASÍLIA

As empresas de telecomunicações conseguiram manter no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de instalarem equipamentos de infraestrutura em espaços públicos sem pagar nada. Por 10 votos a 1, a Corte entendeu que a não cobrança, prevista desde 2015 pela Lei Geral das Antenas, é constitucional e pode ser definida por legislação federal. Além disso, a maioria dos ministros avaliou que a isenção é um fator importante para a universalização dos serviços de internet e telefonia no Brasil.

A regra poupou nos últimos anos cerca de R$ 4 bilhões às teles, segundo as quais esses recursos são usados para tornar viável a prestação de serviços em cidades menores ou distantes dos grandes centros. As companhias ainda se valeram dos preparativos para a chegada da tecnologia 5G no Brasil para argumentar a favor da não cobrança. As alegações foram reforçadas pelo governo federal, que pediu ao STF que não derrubasse a regra.

O assunto começou a ser julgado na quarta-feira pelo tribunal com base em ação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), contrária à isenção. Para a instituição, o Congresso Nacional e a União não poderiam liberar esses operadores, principalmente os que atuam em regime privado, de pagar uma compensação financeira pelo uso do espaço público. Além disso, na visão da PGR, Estados e municípios deveriam ter o direito de decidir se cobram ou não pela utilização de terras de sua propriedade.

O Estado de São Paulo apoiou a posição da PGR, assim como a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), já que a isenção também vale para as vias concedidas à iniciativa privada. Quando o "direito de passagem" é pago para as concessionárias de rodovias, esse recurso é revertido, em grande parte, para amortecer as tarifas de pedágio. Com base nisso, essas empresas afirmaram ao STF que a regra fazia "cortesia com chapéu alheio".

No entanto, a posição que prevaleceu na Corte levou em consideração a competência da União para legislar sobre telecomunicações, a necessidade de uma regra que uniformizasse a situação pelo Brasil, além do incentivo a investimentos graças à isenção.

Em nota divulgada após o julgamento, a Conexis Brasil Digital – que reúne empresas de telecomunicações e de conectividade – disse que a decisão da Corte "é extremamente importante para a continuidade da expansão da internet e dos serviços de telecomunicações no País".

● Vitória
"Decisão é importante para a continuidade da expansão da internet e dos serviços de telecomunicações no País."
NOTA DA CONEXIS BRASIL DIGITAL

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Bolsonaro faz ameaça à Petrobrás e zera imposto **Impacto:** Neutro

Bolsonaro faz ameaça à Petrobrás e zera imposto

Após estatal anunciar o 4º reajuste do ano, presidente afirma que 'vai ter consequência'

JAIR BOLSONARO/FACEBOOK

Mudança. Bolsonaro disse que 'alguma coisa vai acontecer na Petrobrás nos próximos dias'

Após um novo reajuste de combustíveis pela Petrobrás, o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem, durante live semanal no Facebook, que a partir de 1.º de março não haverá nenhum imposto federal sobre o preço do óleo diesel. Bolsonaro considerou o aumento anunciado pela Petrobrás, o quarto do ano, "fora da curva" e "excessivo". Ele reforçou que não pode interferir na estatal, mas ressaltou que a medida "vai ter consequência".

Os impostos federais que incidem sobre o diesel são PIS, Cofins e Cide – eles compõem 9% do valor final do produto. Com o anúncio feito ontem pela estatal, o óleo diesel fica 15,2% mais caro a partir de hoje, e a gasolina, 10,2% (*leia mais abaixo*).

"A partir de 1.º de março não haverá nenhum imposto federal no diesel por dois meses", disse Bolsonaro na live. Durante os dois meses de isenção, ele afirmou que o governo estudará medidas para buscar zerar os tributos federais sobre o produto no longo prazo. "Até para ajudar a contrabalançar esse aumento, no meu entender, excessivo da Petrobrás", disse.

● **Repasses**

15,2%

foi a alta anunciada para o diesel ontem, reflexo dos reajustes internacionais do petróleo; gasolina deve subir 10,2%

O presidente sugeriu, sem entrar em detalhes, que "alguma coisa" acontecerá na petrolífera nos próximos dias. "Não posso interferir nem iria interferir (*na empresa*). Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobrás nos próximos dias, tem de mudar alguma coisa", disse. A Petrobrás afirmou ontem que não comentaria as declarações sobre a empresa e seu presidente, Roberto Castello Branco.

A redução do PIS/Cofins no óleo diesel anunciada por Bolsonaro atende a uma demanda de caminhoneiros, base de apoio do presidente que tem pressionado o governo por causa do aumento do combustível. Em ameaça indireta a Castello Branco, o presidente citou que o comandante da estatal chegou a dizer, há alguns dias, que não tinha "nada a ver com os caminhoneiros".

"Como disse o presidente da Petrobrás, há poucos dias: 'Eu não tenho nada a ver com caminhoneiro'. Foi o que ele falou. Isso vai ter uma consequência, obviamente", disse Bolsonaro.

Antes da manifestação na live, o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão, havia divulgado nota criticando o novo reajuste. Ele questionou diretamente o governo. "Na pessoa do presidente da República, (*o governo*) sinalizou a diminuição dos impostos federais dos combustíveis e vamos para o quarto aumento consecutivo (...) se mantendo inerte."

Ao lado do presidente na transmissão ao vivo, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou que a redução no PIS/Cofins por dois meses é "emergencial" enquanto o governo analisa formas de "combater a volatilidade do preço do diesel".

Em outra frente, o governo enviou um projeto ao Congresso para que o ICMS, imposto estadual, tenha valor fixo. "A proposta nossa é que o Confaz (*Conselho Nacional de Política Fazendária*) decida qual é o valor do ICMS em cada tipo de combustível. Não é interferência nossa, o Confaz vai decidir", disse Bolsonaro. O presidente sugeriu ainda que o Confaz possa delimitar um valor máximo para os combustíveis nos Estados.

Gás. O gás de cozinha também terá impostos federais zerados. A redução, segundo Bolsonaro, será permanente. "Hoje à tarde, reunido com a equipe econômica, tendo à frente o ministro Paulo Guedes, decisão nossa, a partir de 1.º de março, não haverá mais nenhum tributo federal no gás de cozinha, *ad eternum*."

"(*O preço do gás de cozinha*) está em média R$ 90, na ponta, lá para o consumidor. E o preço na origem está abaixo de R$ 40. Então, se está R$ 90, os R$ 50 aí é ICMS, de imposto estadual.")

EMILLY BEHNKE, DENISE LUNA, NICHOLAS SHORES E DANIEL GALVÃO

Só neste ano, no País, gasolina subiu 34,8% e diesel, 27.5%

Fernanda Nunes / RIO

A Petrobrás anunciou ontem o maior reajuste de preços de combustíveis do ano. O óleo diesel vai ficar 15,2% mais caro em suas refinarias a partir de hoje e a gasolina, 10,2%. Com mais esse reajuste, o quarto do ano, o diesel e a gasolina já acumulam alta de 27,5% e 34,8%, respectivamente, em 2021. Tamanho avanço de preço vai atingir o consumidor nesta semana e deve aparecer nos indicadores de inflação de março, segundo analistas.

Os preços da Petrobrás estão alinhados aos do mercado internacional. Ou seja, quando a cotação do petróleo sobe no mercado internacional, a estatal reviza seus valores também no Brasil. O petróleo é a matéria-prima dos combustíveis e, por isso, costuma ser usado como referência na formação dos preços dos seus derivados, como gasolina e diesel.

Neste mês, o petróleo ganhou força por conta do frio nos Estados Unidos, onde o consumo avançou e os estoques baixaram em quase 6 milhões de barris. Além disso, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) tem indicado cortes de produção. Com a expectativa de que haja mais demanda que oferta de óleo no mundo, o produto está ficando mais caro.

Em Londres, o barril do petróleo do tipo Brent fechou o pregão a US$ 64,34, patamar que não era alcançado desde janeiro do ano passado, antes da pandemia de coronavírus.

Ao anunciar mais um reajuste, a Petrobrás reafirma sua política de preços, alinhada ao mercado internacional, e derruba a tese de que atua para atender aos interesses do governo. A empresa estava sendo acusada de segurar a alta do diesel, principalmente, para favorecer os caminhoneiros, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, e para conter a inflação. Os caminhoneiros chegaram a ameaçar uma greve caso o combustível continuasse subindo.

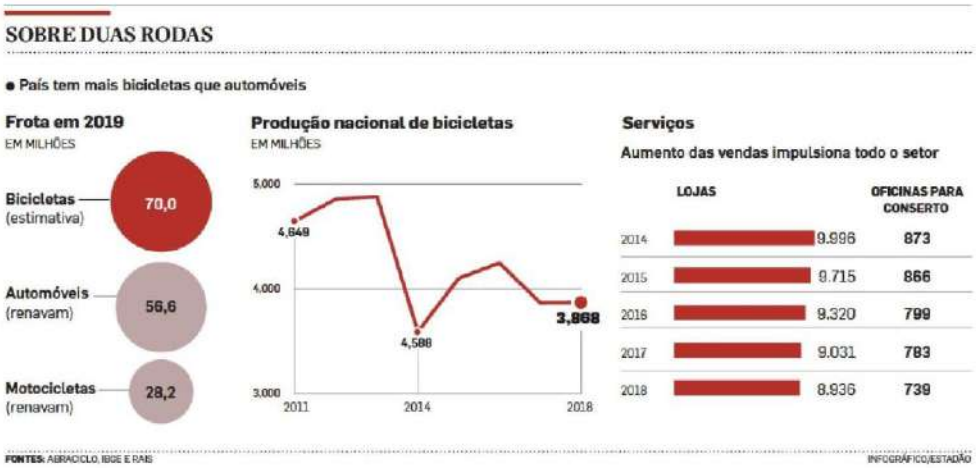
O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, acredita que "tal magnitude de reajuste na refinaria deve afetar as bombas apenas no terceiro decêndio de fevereiro, com grande parte do impacto no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de março". A Armor Capital projeta alta de 0,15 ponto porcentual na inflação do mês que vem.

Representante dos revendedores de combustíveis de São Paulo, José Alberto Gouveia, diz que, com a pandemia, o consumo de combustíveis caiu nos últimos meses. Esse fator, somado à concorrência, fez com que os donos de postos contivessem parte dos reajustes da Petrobrás até esta semana. Mas, a partir de agora, a tendência é que repassem a maior parte da alta para as bombas. / **COLABOROU DE THAÍS BARCELLOS**

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo corta taxa de importação de bicicletas **Impacto:** Neutro

Governo corta taxa de importação de bicicletas

Medida abre crise com parlamentares do Amazonas e gera queixas na Zona Franca



Luci Ribeiro
Marcelo Moraes
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

O governo Bolsonaro decidiu reduzir a tarifa de importação de bicicletas, o que gerou uma crise imediata com a bancada do Amazonas, preocupada com o impacto sobre a produção nacional.

A medida foi anunciada na quarta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais e está publicada no *Diário Oficial* da União de ontem. O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu reduzir o Imposto de Importação de bicicletas, atualmente cobrado sob a alíquota de 35%. A resolução do órgão determina que a taxa deverá cair gradativamente, passando para 30% a partir de 1.º de março, depois para 25% a partir de 1.º de julho, e, por fim, para 20% a partir de dezembro deste ano.

Com a decisão, o imposto sobre a importação de bicicletas voltará ao patamar previsto na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), de 20%. O Brasil havia incluído as bicicletas na lista de exceções à TEC em 2011, quando elevou a tarifa para 35%. "A alíquota de 35% é simplesmente indefensável para uma economia global como a do Brasil", considerou a Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike), em extenso documento enviado à Camex, em que pede o retorno da taxa menor, de 20%.

A bancada de parlamentares do Amazonas, no entanto, reagiu duramente à decisão do governo de reduzir as alíquotas de importação de bicicletas. Como o Polo Industrial de Manaus concentra a produção nacional de bicicletas, deputados e senadores do Estado reclamam que as fábricas e os empregos locais serão afetados.

Integrantes da bancada estão, agora, tentando convencer o ministro da Economia, Paulo Guedes, a reverter a medida. "Seguiremos incansáveis na luta pela manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM), que sofreu um revés no polo de duas rodas", diz o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

"O Brasil vive uma crise profunda e já são 14 milhões de desempregados. Baixar o imposto de importação das bicicletas significa gerar mais desemprego no Amazonas, onde estão as indústrias de bicicletas", afirma o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM).

Nos seis primeiros meses de 2020, as importações de bicicletas e partes somaram US$ 88 milhões, enquanto as exportações não passaram de US$ 1,7 milhão. As compras de componentes no exterior representam 90% desse movimento.

Wilson Périco, presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), disse que foi surpreendido pela decisão do governo e afirmou que não há grandes empresas brasileiras produzindo bicicletas, motocicletas, eletroeletrônicos e itens de informática no Polo Industrial de Manaus. "O que temos são grandes multinacionais instaladas no Brasil, gerando empregos para os brasileiros." Segundo o presidente do Cieam, cabe ao governo sinalizar o que pretende: gerar emprego para os brasileiros ou abrir a importação desses produtos e levar essas multinacionais a produzirem fora do País, criarem empregos no México, na China, e exportarem seus produtos para o Brasil.

No ano passado, as indústrias de duas rodas do Polo Industrial de Manaus geraram 14 mil empregos diretos e indiretos. / COLABOROU MÁRCIA DE CHIARA

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Biocombustível de lixo deve crescer com Lei do Gás e agenda sustentável **Impacto:** Neutro

Negócios

King IMÓVEIS creci: 7.701-J
Rua Coronel Meireles, 186 - Penha

Dr. Hatiro Shimoto
Diretor Presidente
2856-7201
2856-7200
JUROS BAIXOS comprem imoveis com legalidade e segurança na KING
imoveis@kingimoveis.com.br | www.kingimoveis.com.br

Matriz energética. Gerado pela purificação do biogás obtido com a decomposição de resíduos orgânicos que hoje vão para aterros sanitários, o biometano pode substituir combustíveis fósseis, como o diesel, reduzindo emissões de gases do efeito estufa de até 96%

Biocombustível de lixo deve crescer com Lei do Gás e agenda sustentável

Mariana Durão | RIO

Enquanto o governo brasileiro discute uma potencial redução na tributação de combustíveis fósseis, na contramão do resto do mundo, produtores de biogás tentam criar condições para fazer deslanchar no País uma alternativa renovável ao diesel: o biometano. O cenário em 2021 é visto como promissor, com a quebra do monopólio da Petrobrás nos gasodutos, a esperada aprovação do Novo Mercado do Gás pelo Congresso Nacional e o fortalecimento da agenda ESG (sigla em inglês para os aspectos ambiental, social e governança) na esteira da pandemia da covid-19.

Além do gás natural, a nova Lei do Gás deve incentivar também projetos de geração de biogás e biometano a partir de aterros sanitários e resíduos orgânicos. O texto já aprovado no Senado libera o acesso do biometano à rede de gasodutos, estimulando sua regulamentação pelos Estados, a quem compete a política de distribuição do gás. O recém-aprovado marco do saneamento também é favorável, já que o biometano pode ser produzido a partir do tratamento do biogás gerado nos aterros sanitários e nas estações de tratamento de esgotos.

Segundo a Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), a produção nacional de biometano é pequena: 365 mil m³ por dia. A entidade projeta um aumento de 10% em 2021, ritmo de crescimento abaixo do visto no ano passado (14%, apesar da pandemia). O volume está muito aquém do potencial brasileiro, estimado pela entidade em 120 milhões de m³ por dia, tendo em vista a quantidade de resíduos produzidos no País. Isso é o equivalente a 39 bilhões de litros de diesel, ou 70% do consumo nacional.

O biometano pode ser destinado à geração de energia elétrica e substituir o gás natural de uso industrial e residencial, mas é no abastecimento do transporte veicular que reside seu maior potencial. A estimativa é que ele reduza de 90% a 96% as emissões de gases do efeito estufa quando comparado ao diesel e à gasolina.

O diretor de vendas de soluções da Scania no Brasil, Silvio Munhoz, conta que, com a pandemia, cresceu a procura de empresas interessadas em caminhões a biometano e GNV (gás natural veicular). A estimativa é fechar 2021 com a venda de mais de duas centenas de unidades no País, contra 70 em 2020. A participação dos modelos a gás na produção e nas vendas gerais da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) é pequena: mil veículos em um total de 30 mil por ano.

A Scania foi pioneira na produção desses veículos no Brasil. A primeira entrega foi feita em 2020, para a multinacional de cosméticos L'Oréal. No último dia 5, a fabricante apresentou o primeiro ônibus para fretamento movido a gás no País. O modelo vai transportar trabalhadores da usina de aços especiais da Gerdau, também a primeira a usar um caminhão a biometano na mineração. Munhoz admite que os caminhões da linha podem ser até 30% mais caros, mas diz que isso é compensado pela redução de custos ao longo do tempo.

FELIPE RAU/ESTADÃO - 2/3/2020

Impulso. Vendas de veículos a biometano e gás natural da Scania devem triplicar em 2021

● **Alternativa**
"Hoje enxergamos a possibilidade de cobrar um prêmio (*preço mais alto*) **em relação ao combustível fóssil."**
Manuela Kayath
PRESIDENTE DO GRUPO MDC

A New Holland trabalha para colocar no mercado brasileiro em até dois anos seu trator a biometano. O modelo está em teste por aqui desde 2017, e a ideia é que seja abastecido pelo próprio produtor rural com o biogás gerado por resíduos de animais ou de culturas nas fazendas. A fabricante calcula que o motor a biometano gere uma redução de custos de 25% a 40% quando comparada com os combustíveis convencionais.

Produção. Hoje o País tem oito usinas de biometano em produção comercial, fruto de R$ 680 milhões em investimentos, mas só três entregam o combustível no padrão exigido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A Ecometano, do Grupo MDC, opera duas delas: uma no Ceará e outra no Rio. A presidente do Grupo MDC, Manuela Kayath, diz que, ao mesmo tempo em que a nova Lei do Gás promete destravar o chamado mercado livre – em que consumidores escolhem fornecedores –, cresce a demanda de empresas com metas de redução de emissões mais agressivas. "Hoje enxergamos a possibilidade de cobrar um prêmio em relação ao combustível fóssil."

Para chegar a uma produção diária de 32 milhões de m³ de biometano em 2030, a Abiogás calcula que seriam necessárias cerca de mil plantas em operação. O investimento estimado é de R$ 50 bilhões, diz o vice-presidente da associação, Gabriel Kropsch. A entidade tenta negociar com o governo formas de dar escala à produção e fomentar os projetos.

Outra demanda é a de leilões específicos para o biogás, como já ocorre para energias eólica e solar – neste ano, essa nova fonte estará contemplada em quatro licitações. De olho nesse potencial, novos projetos vêm sendo anunciados. A GasBrasiliano e a Gocal Energia fecharam em janeiro parceria para fornecimento de biometano para a região oeste de São Paulo. O investimento em um gasoduto e uma usina é estimado em R$ 160 milhões, com distribuição a partir de julho de 2022.

Já a Zeg Biogás planeja investir R$ 460 milhões até 2024. A companhia finaliza uma planta de biometano no aterro sanitário CTL Ecourbis, na capital paulista e até meados do ano inicia a produção do primeiro de seis projetos de biogás a partir da vinhaça, resíduo da produção de etanol. A aposta é que o combustível renovável possa revolucionar a frota pesada no Brasil, assim como o etanol o fez na frota leve.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: STF mantém direito de passagem para as teles **Impacto:** Neutro

STF mantém direito de passagem para as teles

Amanda Pupo | BRASÍLIA

As empresas de telecomunicações conseguiram manter no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de instalarem equipamentos de infraestrutura em espaços públicos sem pagar nada. Por 10 votos a 1, a Corte entendeu que a não cobrança, prevista desde 2015 pela Lei Geral das Antenas, é constitucional e pode ser definida por legislação federal. Além disso, a maioria dos ministros avaliou que a isenção é um fator importante para a universalização dos serviços de internet e telefonia no Brasil.

A regra poupou nos últimos anos cerca de R$ 4 bilhões às teles, segundo as quais esses recursos são usados para tornar viável a prestação de serviços em cidades menores ou distantes dos grandes centros. As companhias ainda se valeram dos preparativos para a chegada da tecnologia 5G no Brasil para argumentar a favor da não cobrança. As alegações foram reforçadas pelo governo federal, que pediu ao STF que não derrubasse a regra.

O assunto começou a ser julgado na quarta-feira pelo tribunal com base em ação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), contrária à isenção. Para a instituição, o Congresso Nacional e a União não poderiam liberar esses operadores, principalmente os que atuam em regime privado, de pagar uma compensação financeira pelo uso do espaço público. Além disso, na visão da PGR, Estados e municípios deveriam ter o direito de decidir se cobram ou não pela utilização de terras de sua propriedade.

O Estado de São Paulo apoiou a posição da PGR, assim como a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), já que a isenção também vale para as vias concedidas à iniciativa privada. Quando o "direito de passagem" é pago para as concessionárias de rodovias, esse recurso é revertido, em grande parte, para amortecer as tarifas de pedágio. Com base nisso, essas empresas afirmaram ao STF que a regra fazia "cortesia com chapéu alheio".

No entanto, a posição que prevaleceu na Corte levou em consideração a competência da União para legislar sobre telecomunicações, a necessidade de uma regra que uniformizasse a situação pelo Brasil, além do incentivo a investimentos graças à isenção.

Em nota divulgada após o julgamento, a Conexis Brasil Digital – que reúne empresas de telecomunicações e de conectividade – disse que a decisão da Corte "é extremamente importante para a continuidade da expansão da internet e dos serviços de telecomunicações no País".

● **Vitória**
"Decisão é importante para a continuidade da expansão da internet e dos serviços de telecomunicações no País."
NOTA DA CONEXIS BRASIL DIGITAM

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Startup Descomplica levanta R$ 450 milhões **Impacto:** Neutro

Startup Descomplica levanta R$ 450 milhões

É o maior aporte já feito em startups de educação no Brasil; rodada teve participação da família de Mark Zuckerberg

Bruno Romani

A pandemia impulsionou o uso de ferramentas digitais na educação. Agora, startups do segmento, conhecidas como "edtechs", começam a receber investimentos para ampliar suas operações. É nesse contexto que a Descomplica, conhecida por atividades de reforço para Enem e vestibulares, anunciou ontem que recebeu um aporte de US$ 84,5 milhões (cerca de R$ 450 milhões) – a empresa diz que é o investimento é maior já feito no segmento na América Latina.

O aporte foi capitaneado pelo Invus Group, que já havia liderado outras rodadas na empresa, e pelo grupo japonês SoftBank. O Valor Capital Group, que também já havia feito investimentos em rodadas anteriores na startup, voltou a participar. Além desses três nomes, dois novos investidores chamam a atenção: The Edge, guitarrista da banda U2, e a Chan Zuckerberg Initiative, empresa de investimentos de impacto social da família do fundador do Facebook. A Península Participações, de Abílio Diniz, fechou o time de investidores. Essa foi a quinta rodada de aportes na empresa – a última, de R$ 54 milhões, havia ocorrido em 2018.

Segundo um ranking da empresa de inovação Distrito, essa é a maior cifra já levantada por uma edtech brasileira num investimento de capital privado – o segundo lugar também é da Descomplica, com o aporte de três anos atrás. Só a Arco Educação levantou valor maior (US$ 194 milhões) entre as startups brasileiras de educação, mas isso ocorreu na oferta inicial de ações, também em 2018.

Fundada em 2011 pelo professor de Física Marco Fisbhen, a Descomplica ficou conhecida por suas ferramentas de preparação para o Enem e para vestibulares.

No ano passado, porém, a companhia inaugurou um novo capítulo em sua história, com a Faculdade Descomplica, que traz cursos de graduação e pós-graduação 100% digitais. O braço de ensino superior começou com quatro cursos de graduação no ano passado – serão lançados mais 15 em 2021 e outros 18 em 2022. A pós-graduação já conta com 300 programas e deve chegar a 500 até o final do ano.

Novo cartão do Nubank mira os 'sem crédito'

Bruna Arimathea

O Nubank anunciou ontem que vai adicionar uma nova modalidade de cartão de crédito para seus clientes. Inspirado em modelos americanos, o novo cartão permitirá que usuários com problemas em obter linhas de crédito possam utilizar o serviço, que funciona como uma espécie de cartão pré-pago.

A ideia do Nubank, que tem 34 milhões de clientes, é compartilhar com o usuário a construção do crédito dentro da base da startup. Na nova modalidade, o cliente poderá depositar um valor na sua conta do banco digital, que vai se transformar automaticamente em limite do cartão.

O dinheiro fica retido com o banco, como garantia da fatura de crédito e, após o pagamento, o valor é renovado. Se o usuário não utilizar todo o limite depositado, o valor pode ser resgatado. O recurso está disponível apenas para alguns usuários – a intenção é que ele chegue a toda base em breve.

Segundo Cristina Junqueira, cofundadora do Nubank, o cartão possibilitará que usuários que não tenham acesso a linhas de crédito ou aqueles com o "nome sujo" nos órgãos de crédito possam utilizar o serviço.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Bolsonaro reage a alta de preços e diz que 'alguma coisa vai acontecer na Petrobras' **Impacto:** Neutro

mercado

Bolsonaro reage a alta de preços e diz que 'alguma coisa vai acontecer na Petrobras'

Estatal volta a reajustar combustíveis, e presidente anuncia isenção de PIS/Cofins sobre o diesel

Daniel Carvalho e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO Sob críticas pelo sucessivo aumento dos preços dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse em sua live desta quinta-feira (18) que promoverá mudanças na Petrobras e anunciou isenção de impostos federais.

Bolsonaro disse que "não tem quem não ficou chateado com o reajuste" e fez críticas ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

"Não posso chamar a atenção da Agência Nacional de Petróleo, porque é independente, mas tem atribuição também. Não faz nada. Você vai em cima da Petrobras, ela fala: 'Opa, não é obrigação minha'. Ou como disse o presidente da Petrobras, há questão de poucos dias, né, 'eu não tenho nada a ver com caminhoneiro, eu aumento o preço aqui, não tenho nada a ver com caminhoneiro'. Foi o que ele falou, o presidente da Petrobras. Isso vai ter uma consequência, obviamente", disse Bolsonaro.

A Petrobras informou nesta quinta dois novos reajustes nos preços da gasolina e do diesel, que subirão 10,2% e 15,1%, respectivamente, a partir desta sexta (19). É o quarto reajuste da gasolina e o terceiro do diesel em 2021.

A sequência de altas acompanha a recuperação das cotações internacionais do petróleo. Os reajustes desta quinta são os maiores deste ano. Desde janeiro, o preço da gasolina vendida pela Petrobras acumula alta de 34,7%. O diesel subiu 27,7% no mesmo período.

O petróleo virou o ano em alta, diante de expectativas sobre a retomada da economia global com o avanço da vacinação contra a Covid-19. Nos últimos dias, as cotações vêm sendo pressionadas pela onda de frio no Texas, nos Estados Unidos, que paralisou parte da produção local de petróleo e combustíveis. O barril superou US$ 60, tanto o WTI (EUA) quanto o Brent (Londres).

"Teve um aumento, no meu entender, aqui, eu vou criticar, um aumento fora da curva da Petrobras. 10% hoje [quinta] na gasolina e 15% no diesel. É o quarto reajuste do ano. A bronca vem sempre para cima de mim, só que a Petrobras tem autonomia", afirmou.

Bolsonaro chamou o aumento de abusivo e informou que, em reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia), decidiu zerar por dois meses, a partir de 1º de março, o PIS/Cofins que incide sobre o diesel.

"O que é que foi decidido hoje? A partir de 1º de março também não haverá qualquer imposto federal no diesel por dois meses. Então, por dois meses, não haverá qualquer imposto federal em cima do diesel. Por que por dois meses? Porque nestes dois meses nós vamos estudar uma maneira definitiva de buscar zerar esse imposto no diesel. Até para ajudar a contrabalancear esse aumento, no meu entender, excessivo da Petrobras", afirmou.

Logo em seguida, sem dar detalhes, prometeu mudanças na petroleira.

"Mas eu não posso interferir nem iria interferir na Petrobras. Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias. Você tem que mudar alguma coisa, vai acontecer", disse Bolsonaro.

Na mesma transmissão, ele anunciou que vai zerar tributos federais que incidem sobre o gás de cozinha.

"Hoje [quinta] à tarde, reunido com a equipe econômica, tendo à frente o ministro Paulo Guedes, decisão nossa. A partir de 1º de março agora, não haverá mais qualquer tributo federal no gás de cozinha, ad eternum."

"Então, não haverá qualquer tributo federal no gás de cozinha, que está em média, hoje em dia, R$ 90, na ponta da linha, lá para o consumidor lá. E o preço na origem está um pouco abaixo de R$ 40. Então, se está R$ 90, os R$ 50 aí é ICMS, imposto estadual, e é também para pagar ali a distribuição e a margem de lucro para quem vende na ponta da linha", disse Bolsonaro.

Pressionado em suas redes sociais, ele voltou a cobrar de governadores a redução do ICMS, imposto estadual.

"Temos agora que achar uma maneira de mostrar à população quanto é o ICMS de cada estado e sobra, então, uma margem de lucro da distribuidora, né, e o valor da distribuição. Para o pessoal saber quem é que, realmente, porventura está abusando aí para vender o gás na ponta da linha", disse Bolsonaro.

Responsável pelas negociações com caminhoneiros e cotado para ser vice de Bolsonaro em 2022, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, participou da live desta quinta e fez coro ao presidente nas críticas ao aumento.

"Salgado demais, mas é isso: o governo está tomando a medida que pode tomar hoje, emergencial, tirando o tributo federal por um período de tempo para a gente pensar em medidas realmente estruturantes para a gente combater esta volatilidade do preço do diesel", disse o ministro.

Ainda comentando o preço dos combustíveis, Bolsonaro queixou-se do valor do dólar, que nesta quinta subiu 0,55%, para R$ 5,4430.

"Tem que baixar da casa dos R$ 5. E baixa como? Com reformas, com medidas estruturantes, que possam aí despertar, mais do que atenção, a segurança do investidor", afirmou.

"Ninguém vai comprar nada aqui no Brasil se tiver insegurança. Eu vou investir e não sei se vou ter o retorno no tocante a isso daí. Então nós vamos fazendo o possível, a gente espera, se Deus quiser, brevemente a gente acalme aqui as questões do mercado. É o dólar baixando, os combustíveis baixam."

DETONADOR DA ALTA DO PETRÓLEO, TEXAS SOFRE COM FALTA DE COMBUSTÍVEIS
Posto fechado por falta de gasolina em Fort Worth; onda de frio afeta indústria de petróleo e gás do estado, o mais importante dos EUA no setor, e leva a disparada de preços, que se reflete no Brasil Ron Jenkins/Getty Images/AFP

+ Tarifa de importação de bicicleta cai de 35% para 20%

Segundo resolução publicada no Diário Oficial da União pela Camex (Câmara de Comércio Exterior), a tarifa cairá para 30% em 1º de março e para 25% em 1º de julho. A partir de 31 de dezembro, o percentual será reduzido para 20%. A mudança foi antecipada na noite de quarta (17) nas redes sociais de Jair Bolsonaro, que posou de short e sem camisa montado em uma bicicleta.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo e Congresso fecham acordo para destravar o auxílio **Impacto:** Neutro

PROTESTO POR VOLTA DO AUXÍLIO LEVA MARMITAS VAZIAS À AV. PAULISTA
Representantes de entidades do movimento negro durante ato pela prorrogação do benefício no valor de R$ 600; marmitas vazias eram mostradas, sob gritos de 'tem gente com fome' Bruno Santos/Folhapress

Governo e Congresso fecham acordo para destravar o auxílio

MP vai liberar benefício, enquanto proposta unificada de PECs, a ser votada no dia 25, trará medidas de ajuste fiscal

Renato Machado, Danielle Brant e Bernardo Caram

BRASÍLIA O governo e lideranças partidárias fecharam um acordo nesta quinta (18) que prevê a edição de uma medida provisória para liberar o auxílio emergencial, além da aprovação —já na próxima semana, no Senado— de uma proposta unificada que trará medidas de ajuste fiscal.

O plano foi construído em reunião de líderes partidários e em um encontro entre os ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Pelo acordo, serão fundidas as PECs (propostas de emenda à Constituição) Emergencial e do Pacto Federativo. Os dois textos tramitam no Senado desde o fim de 2019 e preveem, entre outros pontos, o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal.

A ideia do governo e da cúpula do Congresso é aprovar a emenda à Constituição na próxima quinta (25). Em seguida, seria editada a MP que tem validade imediata e traria as regras para liberação do auxílio.

"As PECs viraram uma só. O fundamental para o país é que a gente dê o sinal completo, uma moeda de duas faces. Apresentar uma solução, milhares de brasileiros não têm o que comer e precisam do Estado, e, ao mesmo tempo você sinaliza para a retomada da agenda [de reformas] para a qual o presidente Bolsonaro foi eleito", disse o relator das propostas, senador Marcio Bittar (MDB-AC).

Após reunião de representantes de partidos do Senado, o líder da minoria na Casa, Jean Paul Prates (PT-RN), afirmou que a proposta foi apresentada pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

A nova PEC deve conter propostas de gatilhos para a contenção de despesas, mas será "desidratada", sem pontos polêmicos que impediram o avanço das propostas anteriores no Congresso.

A retirada desses pontos polêmicos seria uma forma de acelerar a aprovação da PEC e a consequente apreciação da MP do auxílio emergencial.

Prates afirma que a nova proposta será centrada em quatro pontos: o respeito à regra de ouro e acionamento de gatilhos, equilíbrio fiscal intergeracional e sustentabilidade da dívida.

O quarto ponto, ainda em discussão, deve ser a chamada cláusula de calamidade pública, que retiraria travas do Orçamento para liberar os gastos emergenciais.

A oposição no Senado diz que vai exercer pressão para que as parcelas do auxílio sejam de R$ 600, por no mínimo seis meses. O governo trabalha com o valor de até R$ 250 por período mais curto.

Jean Paul Prates afirma que não há compromissos para a votação de medidas mais severas de ajuste fiscal, após a aprovação do auxílio emergencial —como redução de jornada e salário de servidores.

Em breve pronunciamento na tarde desta quinta, o presidente do Senado disse que a aprovação da PEC não será uma contrapartida ao gasto com a assistência, mas sim um sinal de que o governo e o Congresso entendem ser necessário ter responsabilidade fiscal.

"A aprovação permitirá criar uma cláusula de calamidade para que se tenha a brecha necessária para termos o auxílio emergencial no Brasil", disse.

Pacheco não deu detalhes sobre o formato, valor ou número de parcelas do auxílio. A equipe econômica defende o pagamento de três (ou, no máximo, quatro) parcelas entre R$ 200 e R$ 250.

Segundo o senador, o relatório da PEC será apresentado até a segunda-feira (22).

O auxílio emergencial vigorou em 2020, com o objetivo de dar suporte a vulneráveis durante a pandemia. A assistência foi paga, inicialmente, em parcelas de R$ 600. Nos últimos meses do ano, o valor foi reduzido para R$ 300.

Mais de 60 milhões de brasileiros foram beneficiados. O custo total ao Tesouro se aproximou de R$ 300 bilhões, valor que seria suficiente para financiar quase uma década do Bolsa Família.

Desde o fim do ano, quando os repasses do benefício foram encerrados apesar de não haver sinal de enfraquecimento da pandemia, a equipe econômica resistia à ideia de abrir uma nova rodada de pagamentos.

Por pressão política, o time de Guedes passou a formular modelos para uma reedição do auxílio, mas pôs na mesa de negociação a necessidade de estabelecer contrapartidas de redução de gastos.

Guedes propôs, então, a aprovação das PECs que trazem medidas de ajuste nas contas públicas.

As propostas apresentadas pelo governo em 2019, no entanto, promovem uma reestruturação radical do Estado. Por isso, sofriam com resistência de parlamentares e estavam travadas no Senado há mais de um ano.

Entre as medidas previstas nas PECs Emergencial e do Pacto Federativo, estão a limitação de benefícios tributários, a fusão dos repasses mínimos obrigatórios para Saúde e Educação e a extinção de municípios pequenos.

Os textos ainda criam a figura do "estado de emergência fiscal", quando União, estados e municípios se desenquadrarem de regras fiscais. Nesses casos, ficariam suspensas promoções e reajustes salariais de servidores públicos, criação de cargos e concursos. Ainda seria autorizada uma redução de até 25% nas jornadas e salários de servidores.

Congressistas e técnicos do governo ainda articulam e fazem cálculos para definir quais desses gatilhos estarão presentes na proposta que pode ser votada semana que vem.

Nesta quinta, Lira elogiou a harmonia entre Câmara, Senado e governo e afirmou que a reunião foi simbólica para tratar "dos assuntos que são importantes para o Brasil".

"As PECs que tramitam no Senado, as que tramitam na Câmara e o auxílio emergencial, além das vacinas e da pandemia", disse.

Sem citar a controvérsia envolvendo a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), Lira falou que todos os outros assuntos "são laterais."

"A nossa democracia é forjada em firmeza de instituições e nós, com isso, demos aqui uma demonstração clara para toda a população de que enfrentaremos os problemas", ressaltou.

"Eles se acomodam gradativamente com o tempo, mas as pautas que foram traçadas pelo governo federal, pela Câmara e pelo Senado continuarão firmes, sem obstáculos para que as suas discussões e aprovações aconteçam o mais rápido possível nas duas Casas."

+ LIRA DIZ A BOLSONARO QUE CASO SILVEIRA PODE ATRASAR PAUTA ECONÔMICA

Em encontro com o presidente nesta quinta-feira (18), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o caso Daniel Silveira (PSL-RJ) pode atrasar a tramitação de projetos da pauta econômica no Legislativo. Para evitar a paralisação das votações na casa legislativa, Lira sinalizou ao governo que o assunto envolvendo o deputado bolsonarista se encerrará ainda nesta semana. A Câmara marcou para esta sexta-feira (19) a sessão para analisar a prisão de Silveira. Em conversa com o ministro Paulo Guedes (Economia) mais cedo, Lira tranquilizou a equipe econômica e disse que na próxima semana a pauta estará livre para votações, como as propostas relacionadas a uma nova rodada do auxílio emergencial e medidas de corte de despesas.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Na pandemia, empresas e famílias poupam 15% do PIB **Impacto:** Neutro

A engenheira de software Naeli Silva, 23, que começou a investir na pandemia e a poupar 20% do salário Bruno Santos/Folhapress

Na pandemia, empresas e famílias poupam 15% do PIB

Valor chega a R$ 756 bi em 2020 e pode contribuir para retomada, diz pesquisador

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A pandemia incentivou famílias e empresas brasileiras a poupar como nunca. Foram acumulados mais de R$ 756 bilhões em 2020, segundo levantamento realizado pelo pesquisador Carlos Antonio Rocca, que coordena o Cemec-Fipe (Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). O número corresponde a cerca de 15% do PIB do período.

As empresas responderam pela maior parte dos recursos, R$ 491 bilhões. As famílias, por sua vez, reuniram R$ 265,3 bilhões. Segundo Rocca, trata-se de um valor inédito e que pode contribuir para a recuperação da economia neste ano.

O levantamento mostra, por exemplo, como as famílias rebalancearam os investimentos financeiros. De um lado, é possível ver que colocaram R$ 133,9 bilhões em depósitos a prazo, como CDBs, R$ 120,7 bilhões na caderneta de poupança e R$ 56,4 bilhões em ações. No entanto, de outro lado, sacaram R$ 63,7 bilhões de fundos de investimentos, por exemplo (veja quadro).

O Cemec tem um modelo que permite contabilizar e analisar os dados de várias fontes, como Banco Central, B3 e Anbima, entidade do mercado de capitais, sem que ocorra dupla contagem, que é o desafio nesse tipo de pesquisa.

O levantamento considera dados de janeiro a setembro de 2020, que estavam disponíveis no período de coleta para o cruzamento de informações. Nos próximos meses, será possível fazer nova rodada de coleta nas diferentes fontes, reunindo números anuais consolidados.

Dado o cenário econômico neste início de ano, Rocca tem a avaliação de que nem todos os R$ 756 bilhões devem se converter imediatamente em consumo e investimento.

No primeiro semestre de 2021, afirma o economista, as incertezas associadas ao novo ciclo de contágio da pandemia, a adoção de novas ações de afastamento social e o avanço relativamente lento da vacinação devem manter os fatores que têm inibido o consumo, especialmente na área de serviços, e estimulado a poupança.

"A expectativa no primeiro trimestre é uma certa estagnação. Na medida em que você tenha um comportamento melhor do lado da pandemia, que a gente supere esse ciclo de agravamento e a que vacinação comece a ter algum efeito, você começa a reduzir os dois componentes que explicam essa acumulação de poupança financeira."

Segundo Rocca, a retenção de recursos, no caso das famílias, é uma reação financeira ao afastamento social, que reduz gastos em alguns estratos sociais, e à crise econômica, que afeta especialmente o mercado de trabalho, reduzindo a oferta de vagas em vários segmentos.

Por precaução, nesse ambiente, a escolha é gastar o mínimo possível. "Na medida em que a gente veja a flexibilização do afastamento social, é muito provável que as famílias passem a ter um padrão de consumo mais normal."

Segundo Rocca, o fim do auxílio ou sua renovação em bases menores também não devem levar a um desembolso significativo dessa poupança.

Embora uma parcela dos R$ 265,3 bilhões acumulados pelas famílias tenha vindo do auxílio, Rocca afirma que a maior parte do dinheiro pertence a famílias com maior poder aquisitivo e que gastaram menos em razão do fechamento de vários serviços ou que fizeram uma poupança precaucional.

"A maior parte dessa poupança financeira é da classe média, classe média alta. Acho pouco provável que esse pessoal já comece a desmontar isso para reforçar o consumo."

No caso das empresas, a maior parte da poupança de R$ 491 bilhões veio da tomada de crédito para reforço de caixa e do desinvestimento em estoques. Portanto, um volume significativo deve ser destinado ao vencimento de débitos.

Segundo o levantamento, o aumento do saldo de recursos de dívida tomados no mercado doméstico foi de R$ 236,2 bilhões. As emissões primárias de ações somam R$ 34,9 bilhões até setembro, e os desinvestimentos em estoques são estimados R$ 43 bilhões.

Rocca afirma que esse recurso adicional são linhas de curto prazo, para reforço de caixa, e não para financiar investimentos.

"A expectativa é que as empresas comecem o ano em uma situação financeira de liquidez mais confortável, em condições de enfrentar melhor esse primeiro semestre", afirma. "A reposição de estoques vai demandar mais capital de giro, e você tem um volume enorme de dívidas refinanciadas que vão vencer."

> A maior parte dessa poupança financeira é da classe média, classe média alta. Acho pouco provável que esse pessoal já comece a desmontar isso para reforçar o consumo
>
> **Antonio Rocca**
> coordenador do Cemec-Fipe

Caderneta ganha 50 milhões de contas durante o auxílio

BRASÍLIA A caderneta de poupança ganhou 50,4 milhões de contas de maio a dezembro de 2020, período que coincide com os meses em que foi feito o pagamento do auxílio emergencial.

Segundo dados do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), 46,6 milhões das novas cadernetas (93%) possuíam depósitos no valor de até R$ 5.000 no final do ano passado. Respondiam, no entanto, por apenas 11% da captação (diferença entre saques e depósitos) no período.

Os números confirmam que parte do auxílio foi poupada para formar uma reserva para os trabalhadores informais beneficiados pelo programa. O montante acumulado por essas pessoas, no entanto, tem capacidade limitada para compensar o fim do auxílio. Em dezembro do ano passado, as contas com saldo de até R$ 5.000 possuíam, na média, R$ 415 disponíveis (a cota do auxílio terminou o ano em R$ 300).

Os dados do FGC mostram que quase metade do que foi poupado naquele período está em contas com saldos de R$ 20 mil a R$ 150 mil. Ou seja, a maior parte da poupança veio das classes de maior renda.

Embora o auxílio tenha sido pago a algumas pessoas que já possuíam um saldo elevado na poupança, ele não teria poder para elevar muito essas reservas. Aqueles que receberam todas as nove parcelas do auxílio poderiam ter poupado R$ 4.200, se não tivessem gastado nada. O valor chega a R$ 8.400 nas famílias com direito a duas cotas.

Esses casos, no entanto, estão fora do perfil da imensa maioria dos trabalhadores atendidos pelo programa.

Os números do FGC mostram que houve aumento no total de recursos em todas as faixas de valores, exceto no estrato em que estão as contas com saldo superior a R$ 10 milhões. O número de poupanças nessas faixas encolheu de 352 para 325 no período. A captação nessa faixa foi negativa em R$ 754 milhões (os saques foram maiores que os depósitos no período).

Embora tenha rentabilidade inferior às de outras aplicações em renda fixa, a caderneta é isenta de Imposto de Renda e de taxas de administração. Além disso, se apresenta como uma porta de entrada para novos investidores.

A engenheira de software Naeli Silva, de 23 anos, começou a investir na pandemia. Ela mora com os pais em Guarulhos (SP) e em junho decidiu iniciar uma reserva financeira de emergência com medo de perder o emprego ou ter dinheiro para ajudar os pais, caso tivessem algum problema de saúde.

O novo hábito, segundo ela, vai permanecer para além da pandemia. Naeli reformou seu quarto, está terminando de pagar a faculdade e já planeja investir em um apartamento.

"Invisto 20% do meu salário todo mês na poupança. Não gasto. É como se fosse uma dívida para mim, mas também não deixo de viver, poupo uma parte. Já penso em começar a estudar ações para investir o dinheiro que hoje uso para pagar as últimas parcelas da faculdade", afirma.

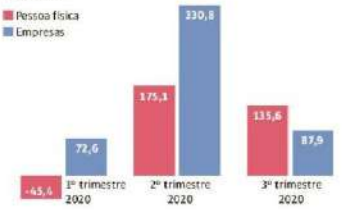
Além da caderneta, o FGC garante os depósitos de pessoas e empresas em instituições financeiras em produtos como conta-corrente, CDBs e letras de câmbio, letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário e letras de crédito do agronegócio.

Considerando todos os investimentos com cobertura do FGC, o incremento nas contas com saldo de até R$ 5.000 representa apenas 4% da captação do período marcado pela pandemia em 2020, e o valor total depositado equivalia, em dezembro de 2020, a uma média de R$ 413 por cliente.

Na soma de todos os investimentos cobertos pelo fundo, o valor poupado na pandemia foi de R$ 531,6 bilhões, crescimento de 20% entre o final de abril e o final de dezembro.

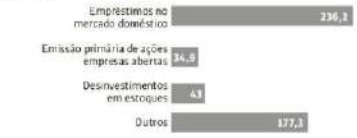
Quatro produtos — depósitos à vista, a prazo e letras de crédito imobiliárias e do agronegócio — respondem por 68% desse aumento, com o ganho de 18 milhões de contas. A caderneta responde por outros 27%. **Eduardo Cucolo e Sheyla Santos**

Poupança Cemec e FGC
Acumulação de poupança
Em R$ bilhões

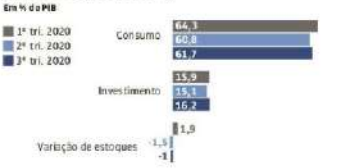


Poupança acumulada em 2020 até setembro pelas famílias
Em R$ bilhões

Fonte de recursos da poupança das empresas
Em R$ bilhões



Queda no consumo e redução de estoques contribuíram para acumulação de poupança
Em % do PIB



Caderneta ganhou 50 milhões de contas na pandemia
Em milhões

Acumulação de poupança e saldo médio por faixa de renda

De	Até	Poupança acumulada* Em R$ milhões	Saldo médio por conta** Em R$
0,01	5.000,00	15.776	415
5.000,01	10.000,00	8.598	7.087
10.000,01	15.000,00	7.413	12.162
15.000,01	20.000,00	6.269	17.269
20.000,01	50.000,00	27.715	31.307
50.000,01	100.000,00	25.814	68.930
100.000,01	150.000,00	14.939	120.266
150.000,01	200.000,00	8.855	171.967
200.000,01	250.000,00	6.467	221.767
250.000,01	300.000,00	4.579	272.658
300.000,01	400.000,00	6.774	344.931
400.000,01	500.000,00	3.686	443.333
500.000,01	600.000,00	2.431	543.822
600.000,01	700.000,00	1.533	645.13
700.000,01	800.000,00	1.152	745.848
800.000,01	900.000,00	1.015	846.470
900.000,01	1.000.000,00	513	947.537
1.000.000,01	2.000.000,00	2.648	1.313.561
2.000.000,01	5.000.000,00	1.01	2.962.170
5.000.000,01	10.000.000,00	346	6.708.739
10.000.000,01	20.000.000,00	680	13.606.282
20.000.000,01	[illegible]	74	60.073.655

*Diferença entre o saldo nas contas em abril e em dezembro de 2020. **Em dez. 2020
Fontes: FGC (Fundo Garantidor de Créditos), Banco Central, CVM, B3, Anbima, Abecip e IBGE – Elaboração Cemec-Fipe Modelo de Contas Financeiras

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Dívida, desvalorização cambial e inflação aproximam 1921 de 2021

Dívida, desvalorização cambial e inflação aproximam 1921 de 2021

Hoje, no entanto, sobra dinheiro barato e commodities se valorizam, ao contrário de um século atrás

O BRASIL E O MUNDO EM 1921

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Ano do Pendura. É assim que 1921 é chamado pelo antropólogo e historiador Darcy Ribeiro (1922-1997) no livro "Aos Trancos e Barrancos, Como o Brasil Deu no que Deu". A qualificação foi a maneira divertida que o autor encontrou para destacar o momento em que o país firmou o primeiro empréstimo com os EUA. Recebeu US$ 50 milhões. Como garantia, apresentou a renda da alfândega.

O dinheiro era bem-vindo. Há 100 anos, assim como agora, o mundo vivia uma crise econômica. Os problemas não eram resultado de uma pandemia, embora o período da gripe espanhola tivesse tido o seu desfecho havia pouco, em 1920. Também não advinham da Primeira Guerra Mundial, embora houvesse uma relação indireta com a fragilidade financeira e o conflito encerrado em 1918.

O Brasil, que ainda havia registrado forte crescimento na década anterior, sofria em 1921 com a queda nos preços internacionais de seu principal produto exportado, o café. Aquele momento também marcava o fim de um período em que houvera excesso de dinheiro barato no exterior, que fora canalizado para financiar o desenvolvimento interno e as bases da industrialização brasileira.

Num paralelo histórico, esse dois problemas simplesmente não ocorrem agora. Na verdade, atualmente, há uma espécie de miniboom nas exportações de matérias-primas agrícolas e minerais, que impulsiona os preços, e é crescente o excesso de dinheiro injetado na economia pelos principais bancos centrais mundiais em resposta à crise provocada pela pandemia.

Por outro lado, há semelhanças importantes. A crise de 1921 levou a uma disparada do endividamento do país, forte desvalorização cambial e alta de inflação, fenômenos semelhantes aos vistos nos dias de hoje.

A crise econômica da época é explicada pela revisão das políticas de estímulo adotadas nas principais economias mundiais após a Primeira Guerra.

Com isso, o mundo capitalista entrou em um período conhecido como a Depressão de 1920-1921, que seria revertida somente a partir de meados de 1922, quando começa a fase de crescimento acelerado que duraria até o crash da Bolsa de Nova York, de 1929.

Em 1921, o PIB (Produto Interno Bruto) mundial cresceu apenas 0,4%, depois de uma variação de 0,2% no ano anterior. O PIB per capita, por sua vez, encerraria ali um período de cinco anos de contração, acumulando perda de 4,4%, segundo pior resultado em um período de 50 anos.

A Rússia, sob domínio dos bolcheviques desde 1917, também sofria com a estagnação provocada por uma guerra civil e a conversão forçada para o comunismo. O regime comandado por Vladimir Lênin lançou, naquele ano, a chamada Nova Política Econômica, que buscava restaurar algumas regras da economia de mercado, como a liberdade de comércio —inclusive de parte da produção agrícola— e da propriedade privada de pequenas empresas.

No Brasil, o governo Epitácio Pessoa (1919-1922) lançava naquele ano o terceiro plano de valorização do café, repetindo a política que vinha sendo adotada desde o Convênio de Taubaté (1906), com compra de estoques para tentar segurar os preços.

No trabalho "1922: A Crise Econômica", o economista Winston Fritsch afirma que os anos de 1919 a 1922 são conhecidos como o período do boom e da recessão pós-guerra, com os dois movimentos liderados pelas políticas econômicas das grandes potências da época.

A constatação de que a recuperação da economia após o conflito havia sido mais rápida que a esperada e dificultava o combate da inflação herdada da guerra leva, por exemplo, França e Inglaterra (essa com Winston Churchill na Fazenda) a frear a expansão fiscal e monetária. O crédito externo para países periféricos, como o Brasil, desaparece.

Como relata o economista, é aí que os EUA ganharam posição importante como credores do Brasil, dividindo o protagonismo com as instituições financeiras britânicas das quais o país era dependente havia décadas. Nessa época, os americanos iniciavam a disputa com Londres pela posição de principal centro financeiro mundial.

Nos EUA, iniciava-se a Presidência do republicano Warren G. Harding (1921-1923), que reage à crise com uma política econômica ortodoxa, com cortes de gastos e de impostos, iniciativas vistas pelos economistas liberais como responsáveis por terem abreviado a crise, em contraposição à tese de que é necessário aumentar o gasto público para reativar a economia em períodos de crise, seja qual for a causa dela.

Embora o cenário recessivo internacional tenha sido revertido rapidamente, a economia brasileira viveria altos e baixos por toda a década que se iniciava.

Aquele foi também um ano de mudanças na estrutura do setor financeiro brasileiro. A Reforma Bancária de 1921, segundo trabalho da economista Ana Paula Chavantes, contribuiria para que o setor financeiro doméstico sofresse menos abalos durante a Crise de 1929, se comparado ao colapso ocorrido no mercado bancário de outros países.

Também fomentaria um período de crescimento no número de bancos nacionais em relação aos estrangeiros. Na época, as instituições com sede em outros países ainda representavam dois terços do sistema bancário nacional, posição que seria perdida ao longo da década.

A reforma trouxe uma série de exigências de ordem operacional e burocrática aos bancos, dentro da Lei de Fiscalização Bancária, além de criar instituições como a Câmara de Compensação de Cheques (que estimulou o uso desse instrumento) e a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, que ajudou a aumentar a competitividade dos bancos nacionais.

Em trabalho publicado pelo Banco Central, o economista da instituição Ytrio da Costa Neto afirma que a reforma forçou bancos estrangeiros a trazer capital para o país, a fim de cumprir as novas exigências. Com isso, até o fim da chamada Primeira República, nenhum novo banco estrangeiro ingressaria no Brasil. Posteriormente, Getulio Vargas nacionalizaria as instituições que continuavam no país.

O grande destaque do momento, que enchia corações, mentes e bolsos, era a indústria de São Paulo.

No artigo "Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil", o professor da Unicamp Wilson Cano descreve como o país começa a migrar nessa década do modelo primário-exportador, no qual o complexo cafeeiro paulista predominava, rumo à industrialização e ao novo padrão de "crescimento para dentro", que se acentuaria a partir da Crise de 1929 e da Revolução de 1930.

Apesar da crise do café, parcialmente compensada pela política estatal de valorização do produto, a matéria-prima era uma das principais fontes de recursos para o desenvolvimento de outros setores econômicos. Ao longo da década, ainda garantiu a São Paulo, junto com os investimentos na indústria nacional então nascente, um ritmo de crescimento superior ao do restante do país, gerando uma concentração industrial que só perderia força a partir dos anos 1970, segundo Cano.

Numa analogia que se tornaria célebre, a locomotiva chamada São Paulo começava a entrar nos trilhos.

O Censo de 1920 mostrava que a agricultura paulista tinha um peso de 25% em relação à produção nacional. A indústria local possuía participação superior a 30%, com destaque para o setor têxtil algodoeiro, mas também com o início de uma diversificação por setores como metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transporte e química, sempre com elevado grau de concentração em São Paulo, de acordo com o pesquisador.

O Brasil já possuía, na época, empresas como Comgás, Hering, Karsten, Droga Rala, Klabin, Gerdau, Matte Leão, Souza Cruz, Alpargatas, Casas Pernambucanas e Batavo. Entre as empresas nacionais ainda ativas que surgiram naquele ano, está a companhia do setor têxtil Lupo, em Araraquara (SP).

A entrada de capitais internacionais também se destacava. Em 1921, a suíça Nestlé instalou a primeira fábrica no país, na cidade de Araras (SP), para a produção do leite condensado que mais tarde seria conhecido como Leite Moça.

A mão de obra estrangeira, especialmente a italiana, também era componente importante da industrialização em São Paulo.

Os italianos corresponderam a 42% dos imigrantes que entraram no Brasil de 1870 a 1920, um total de 1,4 milhão de pessoas, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o instituto, chegaram a representar 90% dos 50 mil trabalhadores ocupados nas fábricas paulistas em 1901.

Não eram poucos os que tentavam a vida longe dos complexos industriais, como artesãos e pequenos comerciantes. Alguns se tornaram grandes industriais.

Entre aqueles mais bem-sucedidos, destacam-se nomes como o Conde Francesco Matarazzo, que participaria da fundação do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1928, e Giuseppe Martinelli. Esse último já tinha no início da década de 1920 uma empresa de navegação, uma empreiteira e minas de ferro e carvão.

O governo Epitácio também foi marcado pela tentativa de frear o movimento grevista operário surgido a partir da industrialização do país, na época, ainda influenciado por representantes do anarquismo inspirado principalmente pelos operários imigrantes. O Partido Comunista só seria fundado em 1922.

Em janeiro de 1921, o presidente promulgou a legislação que tratava da repressão ao anarquismo e permitia ao governo fechar associações, sindicatos e sociedades civis acusadas de praticar atos "nocivos ao bem público". Outra lei do mesmo ano permitia expulsão de estrangeiro considerado "nocivo à ordem pública ou à segurança nacional".

Em 1921, foi criado o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, que enviava a todas as fábricas e à polícia uma lista de trabalhadores "indesejáveis".

Essa efervescente economia paulista, naquele mesmo 1921, inspirou até poetas. Na época, Oswald de Andrade assim resumiu o ambiente local: "Nunca nenhuma aglomeração humana esteve tão fatalizada a futurismo de atividades, de indústrias, de história e de arte como a aglomeração paulista. Que somos nós, forçosamente, inludivelmente, se não futuristas —povo de mil origens, arribados em mil barcos com desastres e ânsias?".

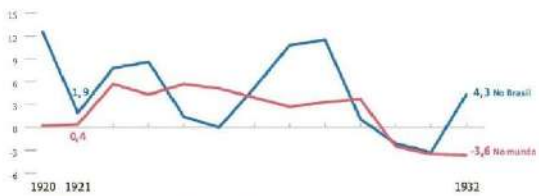
O jornal **Folha de S.Paulo** nasce daí, desse período de transição e extremas transformações.

Fábrica da Nestlé de Araras, inaugurada em 1921, ano em que também foi fundada a Lupo, em Araraquara (SP) Erik/Governo federal

Fazenda de café no início do século passado; em 1921, país sofria efeito da queda dos preços do grão Divulgação Fazenda Quilombo

A economia brasileira e mundial em 1921

Variação do PIB, em %



Fontes: Ipea, IBGE, Agência Internacional de Energia e Banco Mundial

APOIO
NELSON WILIANS GROUP

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 1/3
Título: Covid pode já ter dobrado os 10 milhões de notificações **Impacto:** Neutro

Continuou de 1

Covid pode já ter dobrado os 10 milhões de notificações

PARA CIENTISTAS, CASOS NO PAÍS SÃO O DOBRO DOS 10 MILHÕES OFICIAIS

Fonte: O GLOBO, sobre metodologia DMS-FMRP-USP RAFAEL GARCIA rafael.garcia@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

OBrasil atingiu ontem a marca de 10 milhões de resultados positivos em testes para Covid-19 desde o início da epidemia. Pesquisadores afirmam que, em razão das falhas de notificação, o número real de casos acumulados deve ser pelo menos o dobro, e lacunas nos dados os impedem de saber se os diagnósticos feitos chegaram aos pacientes a tempo.

A subnotificação pode ser dimensionada por meio de pesquisas de soroprevalência, feitas por amostragem com testes para identificar anticorpos. Mas a última no Brasil ocorreu em julho do ano passado. No mundo, são 110,2 milhões de diagnósticos acumulados.

O epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas, retomou a pesquisa de soroprevalência agora e deve divulgar novos resultados nacionais em março. Porém, ele tem uma estimativa do tamanho da população que já teve contato com a Covid-19.

— O Brasil tem, no mínimo, 20 milhões de casos acumulados, mas eu acho que está mais perto dos 40 milhões —diz o pesquisador, baseado na quantidade de resultados positivos obtidos no Rio Grande do Sul, onde a pesquisa não foi interrompida.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 2/3
Título: Covid pode já ter dobrado os 10 milhões de notificações

Outro grupo de pesquisa, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), usa o que se acredita ser a taxa de letalidade da doença no país (uma morte a cada 90 casos) e chega a um número parecido. Os pesquisadores liderados por Domingos Alves avaliam que o número real de pessoas expostas à Covid-19 já passou de 21 milhões.

Tanto nas observações de

Hallal quanto no modelo de Alves, a notificação hoje é melhor do que no início da pandemia. Quando o país tinha 1 milhão de diagnósticos positivos, o número estimado de casos era de 6 milhões.

COMBATE ENFRAQUECIDO

A falta de testes é um sintoma da falta de cuidado que se dedica à vigilância epidemiológica no país, diz Maria Amélia Veras, professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

—Nós não temos uma política consistente para testagem que tenha sido guiada por critérios epidemiológicos racionais e nos permita ter alguma orientação —afirma a epidemiologista.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) afirma que a falta de orientação geral por parte do Ministério da Saúde abriu espaço à falta de padronização nas orientações, e enfraqueceu a capacidade da rede de combater o espalhamento do vírus.

— Não se conseguiu estabelecer uma regra básica de saúde pública: se a doença é transmissível, isola-se o doente para ele não transmitir, analisam-se os contatos para ver se contraíram o vírus, e assim seguir bloqueando — diz Gulnar Azevedo, presidente da entidade e professora da Uerj. — Os países que bloquearam bem, como Austrália e Nova Zelândia, fizeram isso. O Brasil não, por várias razões, como a testagem.

Analisando dados de notificação, os cientistas estão tentando descobrir se os testes estão chegando a tempo de fazer diferença.

Veras, da Santa Casa, coordena o núcleo de pesquisa Observatório Covid-19 BR, no qual a cientista social Lorena Barberia busca os dados para os epidemiologistas trabalharem.

— Em cada estado da federação, entramos com um pedido via Lei de Acesso à Informação para obter dados "anonimizados" da testagem, incluindo o município de residência dos casos — conta a pesquisadora. — Estamos tentando mapear se o esforço e a intensidade dos programas chega com boa cobertura nos lugares mais populosos e mais vulneráveis.

Porém, dada a diversidade de critérios regionais para notificar um caso, os números oficiais do Ministério da Saúde são pouco consistentes. Há casos de Covid-19 notificados por RT-PCR (o padrão ouro para casos ativos da doença), mas também por testes de anticorpos (que detectam infecções passadas) e até exames de sintomas.

O Ministério da Saúde não respondeu, até a conclusão desta edição, quanto cada tipo de teste representa no bolo de 10 milhões de diagnósticos. A pasta também não informou qual o intervalo médio para notificação de resultados.

— Em várias partes do país, a demora

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 3/3
Título: Covid pode já ter dobrado os 10 milhões de notificações **Impacto:** Neutro

ainda é de 12 dias paraoresultado-sair.Issoafeta a estratégia de vigilância epidemiológica. Se demora 14 dias, a pessoa provavelmente nem está mais transmitindo o vírus —diz Barberia.

SEM MAPEAR MUTAÇÕES

Alguns dados que o Ministério da Saúde não consegue estimar, como a porcentagem de exames positivos ou negativos, têm sido reportados pelos laboratórios privados.

A Dasa, rede particular de diagnósticos clínicos, foi responsável, até agora, por cerca de 600 mil diagnósticos positivos de Covid-19 no país, por RT-PCR. Em média, 26% deles retornaram positivos, mas a taxa variou de acordo com a demanda. Quando a procura é maior, a positividade tende a cair, conta Gustavo Campana, diretor médico da Dasa.

Com a emergência de novas variantes do vírus, é preciso adequar os testes para que seja possível diferenciar as versões do Sars-CoV-2 que estão circulando. Mas a vigilância genômica e a rede de testagem não estão dando conta de monitorar a variante P.1, de Manaus, que se espalha pelo país.

—A vigilância genômica é ausente, e não há critérios para sequenciar amostras e mapear as mutações — diz Veras, da Santa Casa.

> "A vigilância genômica é ausente, e não há critérios para sequenciar amostras e mapear as mutações"

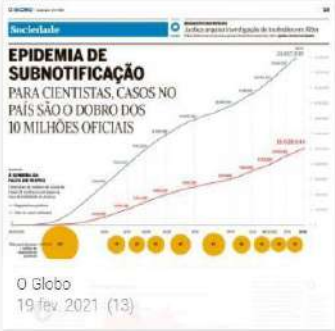
> Maria Amélia Veras, epidemiologista, Observatório Covid -19 BR

> "O Brasil tem, no mínimo, 20 milhões de casos acumulados, mas eu acho que está mais perto dos 40 milhões"

> Pedro Hallal, epidemiologista, Universidade Federal de Pelotas

Modo Repl... Salvar Mais

Gostei Não gostei



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: Governo acusa Butantan de atrasar vacinação **Impacto:** Neutro

Governo acusa Butantan de atrasar vacinação

Ministério divulga nota avisando que não cumprirá cronograma porque instituto não entregará doses previstas; governo paulista rebate dizendo que 'desgaste diplomático em relação à China' atrapalhou chegada de matéria-prima

+5 PAULA FERREIRA paula.ferreira@infoglobo.com.br BRASÍLIA Colaborou Gustavo Schmitt, de São Paulo

OMinistério da Saúde anunciou ontem que não cumprirá o cronograma divulgado pela própria pasta anteontem. Segundo o ministério, o Instituto Butantan fornecerá apenas 2,7 milhões de doses emfevereiro,oquecorresponde a 30% das 9,3 milhões de doses anunciadas inicialmente pelo governo federal. Em resposta, o Butantan afirmou que o órgão "ignora fatos", disse que entregará 3,6 milhões de doses neste mês e citou "desgaste diplomático causado pelo governo brasileiro em relação à China" como causa deatrasodamatéria-primapara produção de vacina.

Segundo nota do Ministério da Saúde, o órgão foi informado sobre a mudança no ritmo deentregasnatardedeontem, por meio de um ofício. O comunicado afirma que a "redução no número de vacinas quebraaexpectativadoMinistério da Saúde de cumprir o cronograma divulgado ontem (anteontem) pelo ministro Eduardo Pazuello".

Na quarta-feira, após reunião com governadores, a pasta prometeu o fornecimento de cerca de 220 milhões de novas doses de vacina contra Covid-19 até julho. A expectativa era de que já em fevereiro fossem fornecidas 11,3 milhões de doses, das quais 9,3 seriam CoronaVac e 2 milhões da vacina de Oxford.

"A dificuldade em manter o cronograma inicial, neste momento, está em o Butantan conseguir cumprir as entregas das doses previstas em contrato. Diante da situação, o Ministério da Saúde precisará rever a distribuição das doses das vacinas relativas ao mês de fevereiro, divulgada aos secretários de saúde dos estados e Distrito Federal", diz o texto divulgado ontem.

Em resposta ao comunicado divulgado pelo Ministério da Saúde, o Instituto Butantan disse que, em todo o mês de fevereiro, vai entregar 3,6 milhões de doses da CoronaVac. Desse total, 1,1 milhão de vacinas foram entregues no último dia 5 e outras 2,5 milhões serão disponibilizadas entre os dias 23 e 28. Há outras 852 mil doses que devem ficar prontas na primeira semana de março. O número é menor que o previsto no acordo com o Ministério da Saúde.

O governo paulista alega que a diferença ocorre por causa do atraso na liberação de insumos que vêm da China. A matéria-prima da CoronaVac deveria chegar na primeira quinzena de janeiro, mas só desembarcou no Brasil nos dias 3 e 10 de fevereiro. Segundo nota do Butantan, o governo federal foi responsável pelo atraso ao provocar um "desgaste diplomático" com os chineses.

Em janeiro, o Ministério da Saúde assinou um contrato para comprar 46 milhões de doses da CoronaVac. O Butantan afirma que, em janeiro, cumpriu o acordo e entregou ao Ministério da Saúde, as 8,7 milhões de doses previstas.

Em vídeo, o secretário executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco, cobrou o cumprimento do cronograma por parte do Butantan. De acordo com ele, diante do atraso, a pasta vai ter que rever os grupos prioritários e suspender a planilha com previsão de distribuição que havia sido repassada aos secretários estaduais de Saúde.

Modo Rép... Salvar Mais
Gostei Não gostei

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Bolsonaro critica reajuste e ameaça mexer na Petrobras **Impacto:** Neutro

Continuou de 1

Bolsonaro critica reajuste e ameaça mexer na Petrobras

Presidente diz que 'algo vai acontecer' na estatal e promete zerar imposto do diesel

MANOEL VENTURA, GUSTAVO MAIA E BRUNO ROSA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

No dia em que a Petrobras anunciou o quarto aumentonopreçodagasolinaeste ano e o terceiro no do diesel, o presidente Jair Bolsonaro criticou a petroleira em transmissãonasredessociaisedisse que "alguma coisa vai acontecer" na estatal nos próximos dias. Segundo analistas de mercado, a declaração marca um desgaste no relacionamento entre Bolsonaro e o presidentedaempresa,Roberto Castello Branco. Além disso, Bolsonaro prometeu zerar por dois meses os impostos federais (PIS e Cofins) sobre o diesel e zerar em caráter permanente os que incidem sobre o gás de cozinha. Ele não especificou como conseguirá compensar a perda de

Crise. Para analistas, declaração de Bolsonaro traz cautela para investidores, mostra desgaste com presidente da Petrobras, flerta com populismo fiscal e evidencia desconforto com política de preços

receita.

A partir de hoje, o valor cobrado pela gasolina nas refinarias vai subir 10,2%, para R$ 2,48. No ano, o combustível acumula alta de 34,7%. Ainda não se sabe quanto do novo reajuste será incorporado ao preço do produto nas bombas, pois outros fatores interferem no valor final ao consumidor, como tributos e lucro das distribuidoras.

No caso do diesel, produto cujos aumentos têm sido alvo de queixas pelos caminhoneiros, o valor vai subir 15,1%, para R$ 2,58 por litro na refinaria. No ano, acumula avanço de 27,7%.

A Petrobras ressaltou que os preços praticados e suas variações estão associados ao comportamentodomercadointernacional e à taxa de câmbio. Atualmente, o preço do barril de petróleo se encontra acima de US$ 60, o maior patamar desde o início de 2020. Ontem, ele fechou a US$ 63,93. A onda de frio que assola os Estados Unidos vem pressionando as cotações, já que há redução na produção nas refinarias americanas e um aumento no consumo de energia para aquecimento. Para especialistas,atendênciaédealtae,para manter a paridade com o mercado internacional, a estatal pode ter de adotar novo aumento adiante.

'VAI TER CONSEQUÊNCIA'

Bolsonaro disse na transmissão que "não tem quem não ficou chateado com o reajuste". Ele reafirmou que a empresa tem autonomia para definir os preços dos combustíveis, mas classificou o aumento como "fora da curva".

— Teve um aumento, no meu entender, e vou criticar, um aumento fora da

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Bolsonaro critica reajuste e ameaça mexer na Petrobras

curva da Petrobras. Dez por cento hoje na gasolina e 15% no diesel. É o quarto reajuste no ano. A bronca sempre vem para cima de mim, só que a Petrobras tem autonomia.

Em seguida, disse, sem dar detalhes, que algo "vai acontecer" na Petrobras e citou a iniciativa de zerar impostos federais de diesel e gás de cozinha:

—Mas eu não posso interferir, e nem iria interferir na Petrobras. Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias, você tem que mudar alguma coisa. Vai acontecer.

Bolsonarofezumacríticadireta

Ao presidente da estatal:

— Você vai em cima da Petrobras e ela fala: "Opa, não é obrigação minha". Ou como disse o presidente da Petrobras, há poucos dias: "Não tenho nada a ver com caminhoneiro. Eu aumento o preço aqui, não tenho nada a ver com caminhoneiro". Foi o que ele falou, o presidente da Petrobras. Isso vai ter uma consequência, obviamente. Não tenho nada a ver com isso.

Em relatório, André Perfeito, economista-chefe da Necton, disse que a declaração traz cautela aos investidores. "O presidente flerta nesse sentido com certo populismo fiscal e faz uma ameaça direta à Petrobras que forçará os investidores para alguma cautela. Não queremos dizer com isso que o Palácio do Planalto

Irá fazer algo de fato, mas o episódio revela, mais uma vez, que há grande desconforto com a política de preços da estatal", escreveu.

Segundo uma fonte próxima à estatal, quarta e quintafeira, quando a Petrobras informou ao governo sobre o reajuste, foram "dias tensos" na companhia. Procurada, a Petrobras não quis comentar as declarações de Bolsonaro.

De acordo com uma fonte próxima à Petrobras, Castello Branco teria dito que vai "até o limite", porque não pode ir contra seu Conselho de Administração e os acordos feitos com o Cade, órgão regulador da concorrência.

— Sempre que os governos tentam interferir na Petrobras, a companhia perde — afirmou Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

IMPACTO DE R$ 3 BI-

Bolsonaro defendeu zerar impostos federais sobre diesel por dois meses e gás de cozinha em caráter permanente. O presidente tem tentado reduzir os impostos sobre combustíveis para atender demandas de caminhoneiros. Mas para isso é preciso encontrar compensação orçamentária, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Hoje à tarde, reunido com a equipe econômica, tendo à frente o ministro Paulo Guedes, decisão nossa: a partir de 1º de março não haverá mais qualquer tributo federal no gás de cozinha. Ad

Eternum. Não haverá qualquer tributo federal no gás de cozinha, que está em média R$ 90 na ponta da linha. E o preço na origem está um pouco abaixo de R$ 40 —disse.

Hoje, o imposto sobre o GLP é de apenas 3%, o que terá impacto fiscal pequeno. Bolsonaro anunciou a redução do imposto sobre o diesel, que hoje é de R$ 0,35 por litro. Neste caso, nos cálculos de Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, o impacto em um bimestre chega a R$ 3 bilhões.

— A partir de 1º de março, não haverá qualquer imposto federal no diesel por dois meses. Nesses dois meses vamos estudar uma maneira definitiva de buscar zerar esse imposto no diesel, até para ajudar a contrabalancear esse aumento no meu entender excessivo da Petrobras — afirmou Bolsonaro.

O Ministério da Economia disse que ainda não tem as informações sobre o impacto das medidas.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Auxílio: Congresso prevê votação semana que vem **Impacto:** Neutro

Auxílio: Congresso prevê votação semana que vem

Guedes e presidentes da Câmara e do Senado dizem que proposta que destrava benefício é prioridade. Beneficiário terá limite de renda familiar por pessoa de R$ 600. Ministro diz que congelamento de salário de servidor é suficiente para bancar medida

+1 JULIA LINDNER, FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Na semana em que o Legislativo vive uma crise causada pela prisão do deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ), a cúpula do governo e do Congresso sinalizou ontem que as negociações para destravara prorrogação do auxílio emergencial são prioritárias, apesar da turbulência. Após um encontro simbólico, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEMMG), afirmou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que abre espaço no Orçamento para os repasses, será votada semana que vem. Nos bastidores, o governo estuda fixar em R$ 600 por pessoa o limite de renda para os beneficiários da nova fase, mas os detalhes ainda não estão definidos, no mom entoem que a economia já sente os efeitos do fim da ajuda federal a informais.

Foco. Novo encontro entre Lira, Pacheco e Guedes ocorreu após turbulência em torno da prisão de deputado bolsonarista

Ao lado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Pacheco afirmou que a medida deve avançar semana que vem.

— Ficou ajustado hoje (ontem) na reunião de líderes do Senado que, dentre muitos projetos que serão pautados na semana que vem, será pautada a PEC Emergencial. O parecer será apresentado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) de hoje até segunda-feira. Essa aprovação pelo Senado Federal permitirá, através de uma cláusula de orçamento de guerra, uma cláusula de calamidade, que se possa ter a brecha necessária para implantar o auxílio emergencial no Brasil —disse o presidente do Senado.

Sem mencionar Silveira, Lira afirmou que a reunião tinha "caráter simbólico" e disse que "outros assuntos são laterais".

—As PECs que tramitam no Senado, as que tramitam na Câmara e o auxílio emergencial, além das vacinas e da pandemia (são prioridades). Todos os outros assuntos são laterais —afirmou o parlamentar. Ele acrescentou: —A nossa democracia é forjada em firmeza de instituições e nós, com isso, damos uma demonstração clara para toda a população de que enfrentaremos os problemas, eles se acomodam gradativamente com o tempo, mas as pautas que foram traçadas pelo governo federal, pela Câmara e pelo Senado continuarão firmes sem obstáculos, para que suas discussões e aprovações aconteçam o mais rápido possível nas duas casas.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Auxílio: Congresso prevê votação semana que vem

40 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS

Quando for destravado, o auxílio deve ser voltado a trabalhadores informais que não se enquadram no Bolsa Família, com renda familiar por pessoa de R$ 600. O valor supera o definido na lei que criou o benefício de meio salário mínimo, que seria de R$ 550 neste ano.

Apesar do limite de renda mais amplo, a nova rodada do programa terá público mais restrito. A expectativa é que o novo auxílio seja pago a 40 milhões, sendo 20 milhões de pessoas hoje cobertas pelo Bolsa Família e outros 20 milhões de trabalhadores informais. No ano passado, 68 milhões de pessoas foram beneficiadas pelos repasses.

A focalização dos pagamentos previstos para este ano será feita por meio de outros métodos, além da definição do critério de renda. Uma das formas é o cruzamento de informações com vários bancos de dados oficiais para evitar que pessoas que não são consideradas vulneráveis tenham acesso ao benefício.

O valor do auxílio e o número de parcelas ainda não estão definidos. O governo trabalha com cenários de R$ 200, R$ 250 e R$ 300, em três e quatro parcelas. Caso seja fixado em R$ 250 em quatro vezes, o impacto seria de R$ 30 bilhões neste ano.

Reservadamente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que o congelamento do salário dos servidores públicos de União, estados e municípios em vigor neste ano é suficiente como compensação para pagar uma nova rodada do auxílio.

Para isso, no entanto, o valor do benefício em 2021 não pode passar de R$ 250 em quatro parcelas, segundo fontes próximas ao ministro. Esse planejamento não inclui mudanças que o formato do auxílio possa sofrer durante negociações com o Congresso, como aumento do valor.

A proposta deve incluir ainda uma "cláusula de calamidade" permanente, valendo para União, estados e municípios. Essa regra permitiria criar o que Guedes chama de "protocolo de guerra". A intenção é garantir na Constituição que, caso o auxílio dure mais de quatro meses, haja novas medidas de compensação, como o congelamento de salários de servidores por mais dois anos.

CONTENÇÃO DE GASTOS

A equipe econômica negocia incluir na proposta a criação de uma nova figura jurídica, chamada de Estado de Emergência Fiscal. Por meio desse dispositivo, União, estados e municípios poderão acionar medidas de contenção de gastos por dois anos, como objetivo de recuperara saúde financeira. É uma medida proposta no fim de 2019 evaí além da pandemia. A proposta original do governo previa mecanismos como redução de salários e jornadas de servidores públicos e suspensão de concursos.

Noca sode estados e municípios, vale quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente. Na União, quando houver o descumprimento da regra de ouro (que impede o endividamento para pagar salários e aposentadorias,oque já ocorre desde 2018). Ainda não está decidido, porém, quais medidas de corte de gastos seriam incluídas no novo Estado de Emergência Fiscal. Há um te morde antecipar medidas e elas acabarem ficando de fora da versão final por resistência política.

> "A nossa democracia é forjada em firmeza de instituições e nós, com isso, damos uma demonstração clara para toda a população de que enfrentaremos os problemas"

Veículo: Valor Econômico - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 19/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP
Título: 'Abismo fiscal' vai corroer renda neste ano **Impacto:** Neutro

Conjuntura Mesmo com volta de auxílio, economistas preveem queda de até 6,6% na massa de rendimentos

'Abismo fiscal' vai corroer renda neste ano

Arícia Martins
De São Paulo

A elevada dose de estímulos concedida pelo governo levou a renda dos brasileiros a crescer em 2020, apesar do maior desemprego e da queda do nível de atividade, mas o "abismo fiscal" terá efeito contrário este ano.

Mesmo incluindo a provável volta do auxílio emergencial com valor e duração menores em suas estimativas, economistas ouvidos pelo **Valor** esperam que a massa de rendimentos ampliada tenha retração em 2021. O desempenho negativo da renda disponível deve moderar o ritmo da retomada do consumo, que responde por pouco mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB), avaliam especialistas.

Num cálculo que soma, além da renda dos trabalhadores, as transferências de renda do governo, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios previdenciários e o próprio auxílio, bancos e consultorias trabalham com recuo de 3,7% a 6,6% para a massa real de rendimentos dos brasileiros na média deste ano. E, em alguns cenários, a expectativa negativa já inclui a reedição do "coronavoucher".

É o caso do Santander, que, devido ao agravamento da pandemia, passou a considerar em seu cenário-base R$ 25 bilhões em gastos sociais neste ano, concedidos por quatro meses a 30 milhões de pessoas não atendidas pelo Bolsa Família. Mesmo assim, o economista Lucas Maynard estima que a massa de renda ampliada vai diminuir 6,6% em 2021, após expansão estimada em 3,1% no ano passado.

"A queda está contratada devido aos níveis muito altos de transferências em 2020", afirma. Quando o auxílio foi introduzido no ano passado, o plano original era que o benefício durasse três meses, com custo total abaixo de R$ 100 bilhões aos cofres públicos. Após sucessivas extensões, esse gasto ficou em R$ 293 bilhões, ou 4% do PIB.

Sem o auxílio, a massa de renda ampliada teria caído 6,3% em 2020, aponta Maynard. O impulso dado pelas transferências mais do que compensou o recuo cíclico da renda no período, destaca o economista, que relaciona a queda prevista para a renda este ano ao "efeito rebote" da diminuição dos benefícios. "Esperamos que o mercado de trabalho reaja gradualmente do segundo semestre para frente, o que vai ajudar a renda dos trabalhadores a se recuperar."

"Abismo fiscal" gera perda de renda
Desempenho ano a ano da massa de renda total do Brasil - Em %*

Fonte: IBGE, Tendências | *em R$ trilhões, a preços de agosto de 2020, deflacionado pelo IPCA | **estimativas da Tendências para o período

No primeiro trimestre, porém, o Santander prevê que a massa salarial real deve recuar R$ 66 bilhões ante o quarto trimestre de 2020, o que reforça a perspectiva de ligeira retração do PIB no começo do ano. "Um mercado de trabalho enfraquecido, a segunda onda de contaminações e o fim do auxílio emergencial elevam a pressão política por um programa temporário e focalizado de transferências governamentais para trabalhadores informais de baixa renda", diz a equipe econômica do banco em sua última revisão de cenário.

Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria , avalia que a volta do auxílio em valor menor é "bastante provável". Por isso, apesar de ter excluído de seu cenário a possibilidade de uma pequena ampliação do Bolsa Família, Assis manteve a estimativa de que a massa de renda total terá redução de 3,7% este ano. "Com o enxugamento das políticas sociais compensatórias e uma perspectiva de recuperação apenas moderada do mercado de trabalho neste ano, os domicílios brasileiros devem sofrer a maior queda na renda desde a crise político-econômica de 2015 e 2016", aponta o economista em artigo para clientes.

A LCA Consultores não considera o retorno do auxílio na projeção de recuo de 3,8% para a massa de renda ampliada em 2021, mas tem dois cenários alternativos em que a renda disponível cairia mesmo com a volta do benefício em valor menor por três meses. Assumindo como hipótese um auxílio de R$ 300, a massa ampliada diminuiria 2,2% no ano, calcula o economista Cosmo Donato. Já com o valor de R$ 200, a queda seria de 2,7%.

Mesmo levando em conta que o mercado de trabalho demora a responder às mudanças no ciclo econômico, "não é nada comum" a massa de renda crescer quando o nível de atividade cai, observa Donato, lembrando que, na estimativa da LCA, o PIB diminuiu 4,3% em 2020. "A quantidade de auxílio em 2020 foi desproporcional", afirma o economista, para quem a saída dos estímulos impõe ritmo mais lento para a retomada do consumo das famílias neste ano.

Após retração esperada de 4,5% no ano passado, a LCA estima que o consumo vai crescer 3% em 2021, um pouco menos que a alta prevista para o PIB, de 3,2%. "Já houve uma grande contração das vendas no varejo em dezembro. Não é possível atribuir toda a queda a esse fator, mas a perspectiva de fim do auxílio teve uma influência bastante relevante", afirma Donato.

Para Tiago Tristão, economista da Genial Investimentos, o uso da poupança "precaucional" formada durante a pandemia e a maior geração de empregos vão sustentar o consumo, que deve crescer 4,5% em 2021. Ele pondera, no entanto, que mesmo com essa alta, a demanda das famílias não vai recuperar o nível pré-pandemia. Já a massa de renda ampliada deve recuar entre 4% e 4,5% em 2021, mesmo considerando que a renda proveniente do trabalho terá crescimento, estima Tristão.

"O governo transferiu R$ 290 bilhões ano passado. Foi o maior programa de transferência de renda da história, que equivaleu a nove Bolsas Família a preços de hoje. Superar esse efeito na massa de rendimentos vai ser difícil", afirma o economista, para quem, o auxílio, se voltar este ano, será muito menor do que em 2020.

Procuradora critica pressa em retirar medidas e defende mudança no teto

Fabio Graner
De Brasília

A falta de planejamento e a pressa em retirar as medidas tomadas durante a pandemia, como o auxílio emergencial, geram risco de nova recessão, custando caro inclusive para a gestão das contas públicas. A visão é da especialista em finanças públicas e procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Élida Graziane.

Em sua visão, o governo deveria pensar o país de forma mais estrutural, revendo o teto de gastos para permitir uma atuação mais planejada do Estado. Isso ajudaria não só na concessão de novo auxílio emergencial, mas para garantir o financiamento do SUS que está novamente sob pressão com a segunda onda da covid-19 e a retomada da economia, que também é importante na equação fiscal.

"A grande questão é a necessidade de revisão do teto. Não é algo isolado, não pode ser algo de fôlego curto. O problema não é só o auxílio emergencial. Se a emenda do Orçamento de Guerra no ano passado já tivesse revisto o teto, a gente não estava agora com esse gargalo para resolver", disse ao **Valor**, lembrando que a questão não é só da vacina, mas também do fechamento de 15 mil leitos que foram abertos no ano passado. "Se tivesse feito costura com um plano bienal de enfrentamento da pandemia, como falei no ano passado, a gente teria planejamento para cobrir o auxílio emergencial, mas também me preocupa cada vez mais a falta de financiamento para o SUS", completou.

Uma das vozes mais atuantes no debate sobre as contas públicas e a reação à pandemia, Élida se mostra contrária a uma cláusula permanente de calamidade pública, como quer o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ela, já há um mecanismo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em sua opinião, constitucionalizar o conceito de calamidade impondo medidas restritivas ao mesmo tempo que se libera das regras fiscais habituais, como propõe o ministro ensejaria o risco de perda de poder do Legislativo em detrimento do Executivo.

"O artigo 65 da LRF já tem essa cláusula. Colocar na Constituição, enrijecendo o que já está previsto na LRF soa como mais um mecanismo de chantagem fiscal, de fuga. A gente já tem regras para enfrentar situações de calamidade. Sobre as demais regras fiscais, depende de cada contexto, não acho que a gente possa criar uma regra geral. Parece mais uma solução que prejudica muito o diálogo com o Legislativo. Isso fortalece demais o Executivo e precariza o espaço de atuação do Legislativo de verificar ou não o cabimento de soluções mais extremas", disse.

A procuradora rejeita a tese de que estaria pensando sem considerar restrições impostas pela economia. Ela lembra que órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos centrais de países desenvolvidos e diversos economistas brasileiros qualificados — ela cita nomes como José Roberto Afonso, Raul Velloso e Monica de Bolle — mostram-se favoráveis a medidas de expansão fiscal nesse contexto de crise gerada pela pandemia.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Élida Graziane, do MP de Contas de SP: ajuste contracionista em plena pandemia "vai provocar uma recessão"

"Não adianta a gente fazer no meio de uma pandemia um ajuste contracionista que vai provocar uma recessão econômica. Não adianta querer fazer ajuste no meio do olho do furacão porque a recessão vai voltar mais grave. Tem que projetar sustentabilidade fiscal no médio e longo prazo", disse. "O problema é o governo fazer um pensamento mágico, voluntarioso, e achar que o teto vai trazer investimentos. Ninguém vai investir se não tiver geração de renda na economia", completou.

Para ela, uma reação tempestiva e no tamanho adequado teria permitido organizar melhor a população e a resposta sanitária. "A gente teria agora condição de não só programar como enfrentar a questão da sustentabilidade da dívida, metas fiscais, um debate com qualidade, mas também poderíamos fazer um cronograma de investimentos. Saindo desse debate enviesado, pequeno, sobre tamanho do Estado, que tem que ter o tamanho necessário para a retomada do crescimento econômico", disse.

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
18/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Prêmio Sesc de Literatura tem inscrições abertas até amanhã	Positivo	Matéria		A			
18/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Endividamento de famílias cresce em janeiro e chega a 66,5%	Neutro	Matéria		A			
18/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Projeto de Lei prevê multa de um salário mínimo para quem furar fila da vacinação em Natal	Neutro	Matéria		A			
18/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Novas vacinas devem chegar dia 22 ao Estado	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Sesap não decidiu se irá acatar recomendações do Comitê Científico	Positivo	Matéria		A			
19/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Sindicato das escolas particulares defende funcionamento das unidades	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	As boas águas de março	Neutro	Artigo		A			
19/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Gasolina comum vai	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					até R$ 5,58 em Natal							
19/02/21	Estadão	Jornal		DF	Governo quer antecipar 13º de aposentados e abono para injetar R$ 57 bi na economia	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Estadão	Jornal		DF	Ambipar, de gestão de lixo, vai às comprar no exterior	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Estadão	Jornal		DF	Senado votará PEC que destrava auxílio	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro faz ameaça à Petrobrás e zera imposto	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Estadão	Jornal		DF	Governo corta taxa de importação de bicicletas	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Estadão	Jornal		RJ	Biocombustível de lixo deve crescer com Lei do Gás e agenda sustentável	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Estadão	Jornal		DF	STF mantém direito de passagem para as teles	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Estadão	Jornal		DF	Startup Descomplica levanta R$ 450 milhões	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Bolsonaro reage a alta de preços e diz que	Neutro	Matéria		A			

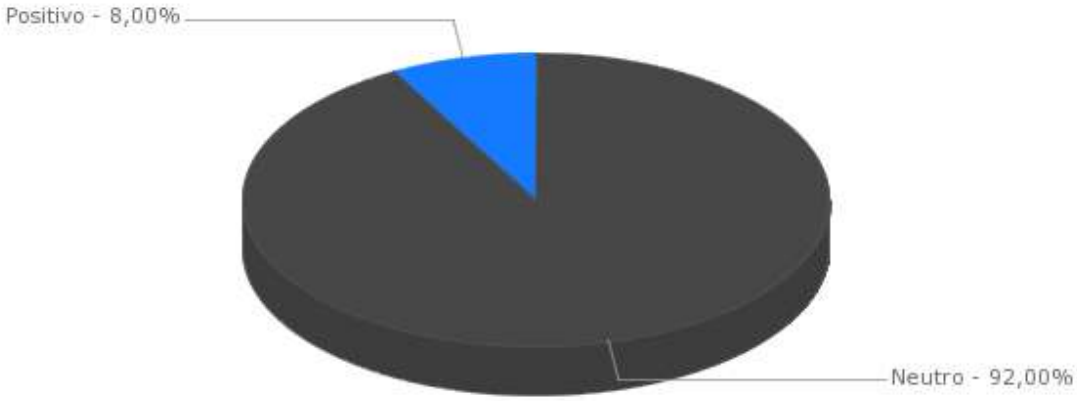
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					'alguma coisa vai acontecer na Petrobras'							
19/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo e Congresso fecham acordo para destravar o auxílio	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Na pandemia, empresas e famílias poupam 15% do PIB	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Dívida, desvalorização cambial e inflação aproximam 1921 de 2021	Neutro	Artigo		A			
19/02/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Covid pode já ter dobrado os 10 milhões de notificações	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Governo acusa Butantan de atrasar vacinação	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Bolsonaro critica reajuste e ameaça mexer na Petrobras	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	Valor Econômico	Jornal	São Paulo	SP	'Abismo fiscal' vai corroer renda neste ano	Neutro	Matéria		A			
19/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Auxílio: Congresso prevê votação semana que vem	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
												Qtde.: 25

Clippings por Tipo de Mídia

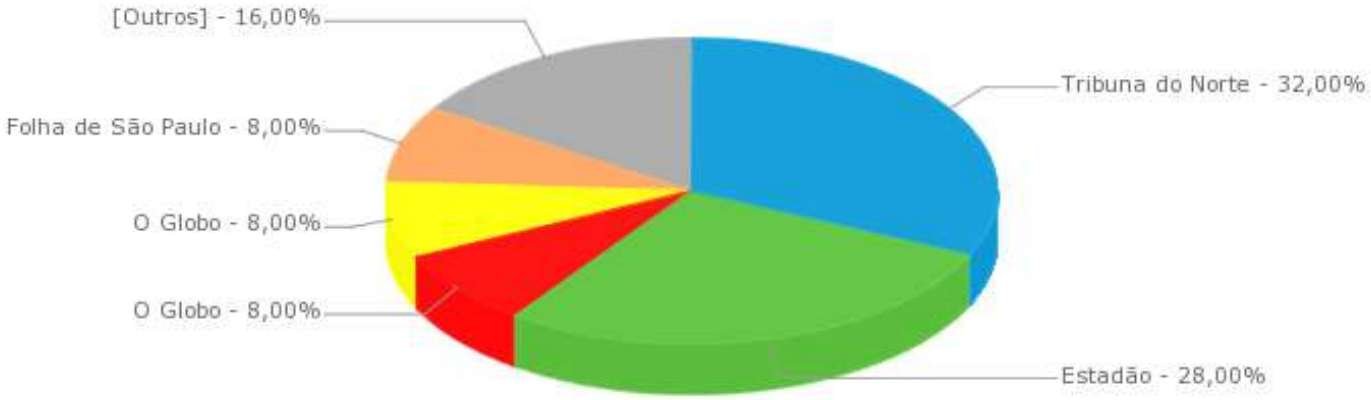
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	17	68,00 %
Site	8	32,00 %
		Total: 25

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	23	92,00 %
Positivo	2	8,00 %
		Total: 25

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Site	8	32,00 %
Estadão	Jornal	7	28,00 %
O Globo	Jornal	2	8,00 %
O Globo	Jornal	2	8,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	8,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	8,00 %
Valor Econômico	Jornal	1	4,00 %
Estadão	Jornal	1	4,00 %
			Total: 25